REVISTA ZABELÊ

VOL. 6, N. 2, 2025
ISSN 2764-0787
Revista Discente do Programa de
Pós-graduação em Antropologia-PPGANT/UFPI

OLHARES E MEMÓRIAS PÓS-PANDÊMICAS:
O QUE ESTAMOS VIVENCIANDO HOJE?

Revista Zabelê
Discentes PPGANT/UFPI
volume 6, número 2, 2025
ISSN 2764-0787

Expediente

Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-graduação em Antropologia

Reitora
Nadir do Nascimento Nogueira

Vice-Reitor
Edmilson Miranda de Moura

Conselho Editorial
Adriana da Silva Carvalho
Ana Ponilla das Dores Ribeiro
Cassio de Assis Soares Nunes
Francilene da Silva Abreu
Fabrício Lima Barradas
Lêinad Dallyne de Oliveira Alves
Lília Melo Vaz Fontinelle
Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo
Matheus Leal Faustino Beserra
Matheus do Monte Marques
Sandra Claudete Sena Silva

Editoras-chefes
Deanny Stacy Sousa Lemos
Lorrana Santos Lima

Organização do dossiê
Paulo de Tarso Xavier, UNESP
Luciana da Silva Ramos, UFSC

Revisão
Equipe Editorial Zabelê

Imagem da capa
Amilton Rosa e Carolina Cadima

Projeto gráfico e diagramação
Ione Gonçalves

A **revista Zabelê** está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

REVISTA ZABELÊ

Sumário

4 **Apresentação**

ARTIGOS

5 **Docência sob ataque: violências invisíveis e precarização do trabalho de professores de Sociologia na pandemia (2019–2022)**
Ianne Paulo Macêdo

22 **Silêncios que falam, histórias que aproximam: entre áudios e emojis, a magia da contação de histórias via Whatsapp em 2020**
Francisca Cardoso da Silva
Thiago Felício Barbosa Pereira

39 **Do isolamento ao aplicativo: memórias da pandemia e a precarização do trabalho em plataformas digitais**
Alessandro Pelópidas Ferreira de Queiroz
Giorge Andre Lando

RELATO DE EXPERIÊNCIA

58 **Memórias de uma assistente social na Delegacia da Mulher durante a pandemia: o serviço essencial e a dor invisível**
Janille de Jesus Cruz

ENSAIO VISUAL

66 **Quem faz a feira? A experiencia (pós)pandêmica das feiras em Goiânia**
Amilton Rosa de Lima
Carolina Cadima Fernandes Nazareth

ENTREVISTA

76 **Pós-pandemia: "Saúde de todo mundo, de todos os povos, sem distinção e sem privilégio." Entrevista com Luciana Alleluia**
Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior
Luciana Silvério Alleluia Higino da Silva

Apresentação

Saudamos a você que se encontra lendo essas linhas. É com muita alegria e satisfação que apresentamos a toda a comunidade científica e a sociedade em geral o dossiê OLHARES E MEMÓRIAS PÓS-PANDÊMICAS: O QUE ESTAMOS VIVENCIANDO HOJE? Esse número foi pensado com muito carinho, ainda que estejamos tratando de uma questão que foi bastante violenta e assolou de forma difícil o nosso país. Pensar neste dossiê significa que ainda existem muitas cicatrizes que o período pandêmico da Covid-19 proporcionou e ainda não estão curadas completamente. Imaginem quantas questões ainda estão em aberto e causam tantos atravessamentos e memórias? Contudo, estamos em 2026 e tratar desse assunto pode soar antiquado, por isso a necessidade de estarmos aqui.

É dever da ciência promover estudos e pesquisas, bem como proporcionar novas ações e políticas públicas, para a promoção de conscientização e transformação da sociedade. Então, nada mais justo do que proporcionar que este debate ainda possa abarcar as tantas feridas e dificuldades que ainda permeiam tantas pessoas por meio da experiência pandêmica. É por meio das experiências passadas que é possível a construção de um futuro saudável e cheio de bem-estar para todas as pessoas.

Ainda que o vírus agora não promova mais tantas letalidades, quantas amarras e opressões o sistema cisheteropatriarcal racista capacitista oferta diretamente para populações e territórios? Quantas ações de desproteção social o Estado ainda segue proporcionando? Essas são inquietudes que necessitam de um olhar da ciência. E é por isso que estamos aqui. Convidamos a todas as pessoas a não apenas lerem os trabalhos oriundos aqui neste dossiê, mas a refletirem sobre todas as questões apresentadas aqui, pois é por meio da coletividade que se constrói uma sociedade mais justa.

Por isso, contamos com você!

Boa leitura.

Paulo de Tarso e Luciana da Silva

Organizadores

REVISTA ZABELÊ

ARTIGO

Docência sob ataque: violências invisíveis e precarização do trabalho de professores de Sociologia na pandemia (2019–2022)

Ianne Paulo Macêdo
Doutora em Sociologia (UECE)
Docente da Universidade Estadual do Piauí
iannemacedo@cchl.uespi.br

Resumo: Este artigo propõe uma análise crítica das condições de trabalho dos professores de Sociologia da educação básica durante o Governo Jair Bolsonaro (2019–2022), com foco nos efeitos da pandemia de Covid-19 e na intensificação de violências simbólicas, institucionais e ideológicas contra a disciplina e seus docentes. Adotando a autoetnografia como metodologia central, articulada a uma abordagem descritiva e explicativa, o estudo parte da experiência pessoal da autora como professora do ensino médio para discutir as formas de silenciamento, censura e desvalorização enfrentadas no ambiente escolar, especialmente no setor privado. As falas depreciativas do ex-presidente contra as Ciências Humanas, somadas à vigilância sobre os conteúdos ministrados em aulas remotas e às ameaças de demissão, configuram um cenário de precarização docente marcado por discursos conservadores e anticientíficos. A partir dessa análise, o artigo questiona de que modo a Sociologia pode oferecer instrumentos teóricos e pedagógicos para interpretar e resistir a essas violências, reafirmando seu papel na formação crítica e emancipadora dos sujeitos.

Palavras-chave: Professores de sociologia; Pandemia; Governo Bolsonaro; Sociologia no ensino médio; Aulas remotas.

REVISTA ZABELÊ

ARTIGO

Teaching under attack: invisible violence and the precarization of sociology teachers' work during the pandemic (2019–2022)

Abstract: The communication was developed through a methodology that, although not new, is still innovative: autoethnography, in which the author's performance as a high school teacher is a starting point. The objective is to problematize the teaching experience and the different types of violence in which basic education sociology teachers were exposed, from the action of the extreme right government, to the derogatory speeches to the field of human sciences, uttered by the then ex-president Jair Messias Bolsonaro and the intercurrence of the surveillance of control of the explained contents, in the virtualized classes during the confrontation of the Covid-19 pandemic. The occurrences described were accompanied by numerous threats of layoffs in private schools across Brazil, in addition to the devaluation of the discipline itself as an important component on the part of some managers, students and their guardians; who are in tune with the conservative ideological discourse and share the assumption that sociology is "indoctrinator, as well as teachers are "communist", which is nonetheless an aggression and a type of violence felt by them. In turn, the study raised the following question: what contributions can sociology offer subsidies for reflection to understand the scenario of violence faced by teachers in the Bolsonaro government (2019-2022)? To answer the question, in addition to using autoethnography, a descriptive and explanatory research was also carried out to discuss the challenges of implementing the discipline as a mandatory component of basic education in Brazil.

Keywords: Sociology professors; Pandemic; Bolsonaro government; Sociology in high school; Remote classes.

Introdução

Como professora da educação básica e docente da disciplina de sociologia em escolas privadas da cidade de Teresina (capital piauiense), posso expor com propriedade de experiência de campo, para além de um estudo etnográfico, que a última década está sendo de grande preocupação para os profissionais e acadêmicos da área das ciências sociais.

Tudo começa em 2016, quando veio a confirmação da reforma do Ensino Médio, fruto da Medida Provisória 746/16, implementada após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Posteriormente, essa MP 746/16 foi convertida na Lei 13.415/17 que teve como uma de suas obstinações a promulgação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) em 2018.

A Lei 13.415/17 dividiu o Ensino Médio em duas partes: 1.800 horas destinadas a uma base comum estabelecida pela BNCC e 1.200 horas para outros arranjos formativos em que os estudantes podem escolher a ênfase em uma área de conhecimento, ou formação técnica profissional. Nessa possibilidade de "escolha", foi aberto um universo de interpretação sobre a importância, a contribuição e a necessidade da sociologia. Isso porque, existe o estereótipo negativo de que a disciplina é muito "abstrata", pouco prática, complexa e que induz ao comportamento desviante dos estudantes[1].

Não bastasse a homologação da BNCC no Ensino Médio em 2018, que seria implementada a partir de 2021, juntamente com a reforma determinada pela Lei 13.415/17, o ano de 2018, também foi marcado pela eleição presidencial, cujo foi eleito uma personalidade pouco conhecida para a maioria do país, com tendência ideológica de extrema direita e protestante: Jair Messias Bolsonaro, após quase duas décadas da administração federal de um governo de esquerda no Brasil.

Nesse cenário, com frequência veio à tona o debate que envolve a contribuição e relevância das disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio, bem como a descentralização dos recursos para a manutenção dos cursos de ciências humanas nas instituições públicas de ensino superior do Brasil. Haja vista que, segundo o atual presidente da república "o objetivo era focar em áreas que geram retorno financeiro imediato ao contribuinte" (palavras transcritas da rede social *Twitter* do ex-dirigente)[2].

1 Os respectivos estereótipos fazem parte do rol de comentários que ouvi de gestores, coordenadores e alguns colegas de profissão de outros componentes, ao mencionarem sobre as mudanças que viriam com a reforma da BNCC e a possibilidade de exclusão da sociologia da grade curricular do ensino médio, como forma de indiretamente alertarem para a minha possível demissão já justificada.

2 Informações extraídas da reportagem do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>. Acesso em 10 de julho de 2022.

Muito embora seja um pronunciamento polêmico que transita pelo prisma utilitarista de mercado, não é a primeira vez que a ciências humanas aparece como pauta das discussões nacionais das ações legislativas. Em vista dessa situação, percebe-se de imediato que a consolidação da sociologia no Brasil, especialmente no ensino médio, ainda tem muitos obstáculos a enfrentar, em razão de que a educação de um país está atrelada a ação sociopolítica e ao protótipo que o aparelho político no poder almeja instituir.

Este artigo nasce do incômodo e da necessidade de narrar e analisar a minha experiência enquanto professora de Sociologia na educação básica privada, diante de um cenário em que a disciplina foi ainda mais desvalorizada, reduzida e, em muitos contextos, excluída tanto pela política conservadora do ex-presidente, como pelo empreendimento de reforma do que foi chamado de Novo Ensino Médio, que encolhia ainda mais a contribuição da sociologia na educação básica.

Diante do exposto, é levantado o seguinte questionamento: quais as contribuições que a sociologia pode oferecer de subsídios reflexivos para compreender o cenário de violências enfrentadas pelos docentes durante o governo Bolsonaro (2019-2022) e consequentemente dentro do contexto pandêmico da COVID-19?

Para responder à questão, foi utilizada como recurso metodológico a autoetnografia, que tem como ponto de partida a atuação da autora como professora do ensino médio. Trata-se de um método que pode ser usado na investigação e na escrita, já que tem como proposta descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal, a fim de compreender a experiência cultural (Ellis, 2004). Em síntese: torna-se tanto processo como produto da pesquisa (Adams; Bochner; Ellis, 2011).

De forma complementar ao estudo, foi realizado uma pesquisa descritiva e explicativa (Gil, 2002). O objetivo é problematizar a experiência docente e os diferentes tipos de violências nas quais os professores de sociologia da educação básica da rede particular de ensino de Teresina foram expostos, a partir da atuação do governo de Jair Messias Bolsonaro e do contexto pandêmico, para assim, propor um exame a partir das reflexões de sociólogos como Bauman (2010) e Giddens (2005).

Assim, o estudo em tela está dividido em três sessões, no qual a primeira tem o intuito de discutir as situações de violências vivenciadas pelos docentes de sociologia no ensino médio com base na experiência pessoal da autora. Posteriormente, a segunda sessão discutirá a importância da manutenção do ensino da sociologia na educação básica brasileira. Já a terceira e última sessão vai fazer uma análise sobre as relações existentes entre os governos e mudanças no ensino das ciências humanas no Brasil.

A sociologia no Brasil, percursos e obstinações da disciplina como componente obrigatório na educação básica

A Sociologia como componente curricular da educação básica, apresenta um percurso descontinuado e inconstante, de acordo com a dinâmica sociopolítica que foi sendo estabelecida com os governos que assumiram a presidência da república.

Dito isso, só foi reconhecida na virada do século XX, quando na época foi inserida inicialmente no antigo ensino secundário (atualmente chamado de ensino médio), para depois integrar a grade curricular do ensino superior.

Desde sua primeira inserção como disciplina da atual educação básica, na década de 1920, a Sociologia viveu momentos de permanência e interrupções que podem ser divididas em diferentes etapas: de 1925 a 1942, uma fase de crescimento de sua inserção; de 1942 a 1971, uma etapa em que a Sociologia é intermitente dentro do currículo; de 1971 até meados dos anos 80; período de reclusão da disciplina aos meios acadêmicos; e dos anos 1980, etapa de luta pela reinserção da disciplina na grande curricular, estágio que culmina com a determinação de sua obrigatoriedade pela Lei nº 11.684/2008 (Feijó, 2012). Houve momentos em que a disciplina estava totalmente excluída da grade curricular, sendo seu ensino percebido como algo "perigoso", pois levava os alunos à reflexão.

Nessa trama histórica, Florestan Fernandes em sua palestra intitulada *"O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira",* na conferência proferida durante o 1º Congresso Brasileiro de Sociologia em 1954 (Fernandes, 1980), argumentou que foi no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, a partir dos anos de 1980, que se observa um movimento de construção de um debate em torno da questão do ensino de sociologia na escola.

Contudo, uma nova insegurança surge a partir de 2016 com a reforma do Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a unificação das ciências humanas e sociais aplicadas, cuja sociologia aparece de forma genérica e dentro das habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos alunos. Novamente a questão anteriormente levantada no passado, pode ser feita no presente: "o quão perigoso é o ensino da sociologia para a formação cidadã?" Talvez seja porque a sociologia é uma atividade crítica, já que realiza uma permanente desconstrução (Bauman, 2015).

A adoção do currículo do Ensino Médio, por meio da BNCC e dos itinerários formativos, padroniza e universaliza um único modelo educacional, ajustado em arranjos que visam a reproduzir, dadas as circunstâncias regionais, um conjunto de informações, consideradas conhecimentos essenciais, que devem ser apresentadas no formato capaz de

assegurar a flexibilização e a simplificação do processo educacional, segundo o protagonismo do aluno e seu projeto de vida.

Apesar de teoricamente essa proposta ser consideravelmente interessante à primeira leitura, quando é trazido à tona a situação da realidade desigual do Brasil e é comparado os ônus e os bônus, que lidam os estudantes da rede pública e da rede privada no seu processo de aprendizagem com o modelo institucionalizado da educação básica, é possível perceber que ao substituir as disciplinas escolares por práticas e estudos obrigatórios diluídos em áreas de conhecimento e organizar o ensino por meio do desenvolvimento de competências, a BNCC inviabiliza o aprofundamento dos conhecimentos nessa etapa da formação escolar.

Embora seja esperado que as "reformas expressam expectativas de melhoria de uma situação existente e representam medidas acionadas pelo poder público pela via de seus instrumentos legais e que, portanto, são passíveis de análise" (Vieira, 2008, p. 150), no tocante a educação brasileira, especialmente ao ensino de sociologia, essas reformas educacionais e curriculares mantém correlação com o cenário político do período ao qual cada uma fora introduzida (Vieira; Farias, 2011; Romanelli, 2014), e consequentemente afetam de forma significativa o campo profissional da sociologia.

Além disso, a aprendizagem por desenvolvimento de competências (tão preconizado nas orientações e regimentos da BNCC) não se abre para o conhecimento estruturado e para o desenvolvimento do pensamento crítico, se distanciando ainda mais de um ensino que possa ter profundidade.

Portanto, pode-se inferir nesse cenário de entraves, que o ensino de Sociologia pode desempenhar o relevante papel de desmitificar a realidade a partir do desenvolvimento de um modo de olhar a sociedade dado pelas Ciências Sociais, pois é preciso trazer de volta para o centro da educação a perspectiva de emancipação humana.

Diante desse percurso histórico marcado por avanços, retrocessos e permanentes disputas, torna-se evidente que a instabilidade do ensino de Sociologia na educação básica não é casual, mas expressão direta das tensões entre projetos educacionais e projetos de sociedade. A recorrente tentativa de esvaziar ou diluir a disciplina revela o incômodo que o pensamento sociológico provoca ao fomentar a reflexão crítica, o questionamento das desigualdades e a desnaturalização das estruturas sociais.

Nesse sentido, a Sociologia assume um papel estratégico na formação cidadã, ao possibilitar aos estudantes compreenderem a sociedade como uma construção histórica, permeada por relações de poder, conflitos e interesses. Assim, reafirmar sua centralidade no currículo do Ensino Médio significa defender uma educação comprometida

não apenas com a transmissão de conteúdos utilitaristas, mas com a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar a realidade social e intervir de forma consciente e democrática.

Retomar a Sociologia como saber estruturado no currículo é, portanto, recolocar no horizonte educacional a perspectiva da emancipação humana, indispensável para a consolidação de uma educação pública que promova cidadania, justiça social e participação ativa na vida coletiva.

A experiência como professora de sociologia no ensino médio em tempos de pandemia

Sabemos que o ensino de sociologia nunca foi um ato neutro. Mas, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, juntamente com a pandemia, tornou-se também um ato de resistência, tanto pela postura do administrador da federação, como pelas circunstâncias das realizações das aulas remotas com a constante vigilância e interrupção dos familiares de posicionamento conservador e contrários aos temas explorados na disciplina de sociologia.

Entre os anos de 2020 e 2022 foi necessário a construção de novas formas de socialização, trabalho e convivência. Nossa sociedade foi tomada com um novo fenômeno ecológico global, longe de pôr em xeque os fundamentos da sociologia clássica e contemporânea, revelou o quanto estes são necessários para a compreensão da pandemia e orientação de condutas (Marzochi, 2020). Assim, com o processo de isolamento social, resultante da pandemia, foi vivenciado consequências inevitáveis, junto às atividades educacionais e atuação docente, objeto da nossa análise sociológica.

Neste cenário, professores e estudantes se viram diante de um novo desafio, cuja troca de conhecimento, realizada no calor das conversas presenciais, dentro de uma sala de aula, já não era mais viável. A fim de manter a educação ativa no Brasil, novas formas de ensino-aprendizagem foram implementadas a partir do ensino remoto via internet, um método que se assemelha ao Ensino à Distância, mas que viola a legislação vigente que rege o EaD (Galvão; Saviani, 2021, p. 38).

Entretanto, na medida em que o ambiente educacional presencial muda para o mundo virtual, se faz necessário cumprir algumas condições básicas para colocá-lo em prática, como o acesso às plataformas virtuais mediado por equipamentos adequados (para além do uso do smartphone); acesso à uma internet de qualidade; e o domínio básico de algumas ferramentas da tecnologia da informação, para que os atores envolvidos no “ensino” remoto tenham certa familiaridade ao acessar (Galvão; Saviani, 2021, p. 38).

Diante disso, utilizo a autoetnografia como metodologia, compreendendo que minha trajetória, minhas emoções e minha prática pedagógica são fontes legítimas de conhecimento. Como afirma Ellis e Bochner (2000), a autoetnografia permite "olhar para dentro e para fora, conectando o pessoal ao cultural".

A autoetnografia, enquanto método qualitativo, me permite entrelaçar minha história pessoal com os processos sociais mais amplos que atravessam a educação. Ao escrever sobre minha experiência, não busco apenas narrar fatos isolados, mas refletir criticamente sobre as políticas educacionais que têm moldado (e desfeito) o lugar da Sociologia na escola.

Minha análise parte de registros reflexivos, planos de aula, conversas com colegas docentes, vivências em reuniões pedagógicas e situações de sala de aula ocorridas entre os anos de 2019 e 2022 durante a minha atuação na educação básica de instituições privadas na cidade de Teresina. Trata-se, portanto, de uma escrita comprometida com a crítica e com a transformação, que considera o sujeito pesquisador como parte integrante da realidade estudada.

Ao tomar como referência a minha experiência como docente, percebo que minha presença e minha prática em sala de aula confrontavam diretamente o modelo de escola tecnicista proposto pela articulação do que era intencionalmente apresentado pelo educacional vigente. Isso posto, é evidenciado a vulnerabilidade e fluidez sobre as ciências humanas e nos aproxima das reflexões de Bauman e May (2010), quando usam esses conceitos para ser reforçado o estado temporário e frágil das relações sociais e dos laços humanos.

Entre os anos de 2017 e 2018 que foram os primeiros anos em que lecionei Sociologia, havia espaço e flexibilidade para construir com os estudantes debates sobre desigualdade, racismo, gênero, direitos sociais, cultura, política. Com as notícias de divulgação e propaganda da implementação do Novo Ensino Médio e o próprio contexto da pandemia, esse espaço foi sendo comprimido e abriu espaço para que muitos estudantes explanassem os posicionamentos de seus familiares sobre a possível saída da disciplina da grade curricular obrigatória.

Segundo Sobrinho (2007), a Sociologia é uma disciplina necessária, mas historicamente desvalorizada (tanto por governos de orientação conservadora quanto pelo próprio ambiente escolar), que frequentemente reproduz a lógica da reprodução social e da formação humana determinada pela microssociedade. Apesar das lutas históricas pela inserção da Sociologia no currículo da educação básica e de conquistas importantes nesse percurso, a disciplina ainda enfrenta inúmeros desafios.

Dessa forma, ser professora, mesmo sendo uma profissional qualificada e comprometida com o ensino, também senti o peso do desânimo com a profissão que eu escolhi. Essa desmotivação decorreu da sobrecarga do trabalho, uma vez que precisei assumir muitas turmas para cumprir a carga horária semanal, além de enfrentar a constante desvalorização salarial e simbólica da profissão ainda existe o diferencial de ser a professora de sociologia, regada de muitos estereótipos e preconceitos, associados ao perfil imaginário que se criou dos profissionais da área, que remetem a julgamentos desde a sexualidade como ao uso de entorpecentes como a maconha. Quando essa experiência é analisada a partir do marcador de gênero, torna-se evidente que o trabalho das mulheres professoras de sociologia é atravessado por desigualdades estruturais, muitas vezes naturalizadas.

Conforme afirma Bell Hooks (2013), "ensinar é um ato profundamente político" (Hooks, 2013, p. 36). Ao tratar de temas como desigualdade social, patriarcado, racismo e direitos humanos, na minha condição de professora de Sociologia, senti o peso do desafio do pacto implícito de neutralidade que predominava nas escolas particulares de classe média que eu trabalhei. A minha postura crítica, quanto aos conteúdos e alusões para o contexto social vivenciado em nossa sociedade, embora essencial à formação cidadã, foi interpretada como "inadequada" ou "subversiva" por gestões escolares voltadas à lógica empresarial e conservadora.

A atuação das mulheres no magistério, embora numericamente expressiva, está longe de significar igualdade de condições. Heleieth Saffioti (1987) denuncia que o trabalho feminino, mesmo no campo intelectual, continua sendo desvalorizado e naturalizado como extensão das funções cuidadoras.

Nas escolas particulares, esse cenário se expressa na delegação de funções extras às professoras (como o cuidado emocional com os estudantes, a organização de eventos e o acolhimento das famílias), sem o devido reconhecimento institucional. Além disso, temas feministas ou críticas ao machismo são muitas vezes desencorajadas, invisibilizando as próprias experiências de gênero das docentes.

Para Lourdes Bandeira (2005), "o gênero é um marcador simbólico e material de desigualdades sociais que opera no cotidiano de forma invisível e naturalizada" (Bandeira, 2005, p. 31). No espaço escolar, essas desigualdades se revelam tanto na divisão do trabalho quanto na construção das hierarquias de poder e prestígio.

A disciplina de Sociologia possui, por natureza, um caráter crítico e formador de consciência. No entanto, na rede privada de ensino com a execução das aulas remotas, esse potencial foi frequentemente contido pelas diretrizes institucionais que privilegiam a

formação voltada para o mercado, a manutenção da ordem e a reprodução de valores tradicionais.

Apesar dos limites impostos pelas circunstâncias das aulas remotas do ambiente escolar privado, a prática docente pode ser espaço de resistência e de transformação. Silvia Federici (2017) argumenta que a desvalorização do trabalho reprodutivo e educativo das mulheres é parte constitutiva da lógica capitalista. Nesse sentido, questionar o currículo, trazer experiências feministas para a sala de aula e reconhecer o conhecimento produzido por mulheres são formas de ruptura com essa lógica.

Angela Davis (2016), ao refletir sobre interseccionalidade e educação, enfatiza que "as estruturas sociais se abalam quando as mulheres se movem" (Davis, 2016, p. 63). No mesmo sentido, ao propor uma abordagem crítica, a professora de Sociologia contribui para a formação de sujeitos capazes de pensar e agir politicamente sobre o mundo.

Como conclui Bell Hooks (2013), "a sala de aula deve ser um lugar que se abre à possibilidade de transformação radical" (Hooks, 2013, p. 14). Mesmo em contextos restritivos, há brechas que permitem que a Sociologia cumpra seu papel emancipador.

Ainda assim, defendo que a Sociologia ocupa um papel fundamental no currículo escolar. Assim como outros componentes curriculares, ela contribui de forma significativa para a formação crítica das/os estudantes, permitindo-lhes refletir sobre a realidade em que vivem e transformar suas experiências cotidianas em conhecimento sistematizado e científico.

A carga horária da disciplina foi reduzida drasticamente durante a pandemia, em muitos casos, fui orientada a "integrar" conteúdos sociológicos em disciplinas híbridas ou itinerários formativos que priorizam "projetos de vida" e "empreendedorismo", ou mesmo evitar assuntos e temas polêmicos como movimentos sociais, feminismo e diversidades.

Em uma reunião pedagógica, ouvi de um gestor: "agora é o momento de preparar os alunos para o mercado, e não para a militância". Essa frase ecoou em mim como um alerta. Afinal, o que significa formar para o mercado, se não preparar sujeitos para aceitar, e não questionar, a realidade que os cerca?

Conforme Paulo Freire (1996), "ensinar exige o reconhecimento de que a educação é ideológica" (Freire, 1996, p. 58). E, nesse contexto, percebo que o esvaziamento da Sociologia representa uma escolha ideológica por uma escola menos crítica, menos reflexiva e mais submissa aos interesses do mercado.

Além das aulas remotas provocadas pela pandemia, a circulação das informações sobre o Novo Ensino Médio, ao ser priorizado as competências e habilidades técnicas,

desconsiderou a importância das Ciências Humanas na formação de sujeitos conscientes. Como denuncia Dermeval Saviani (2008), trata-se de uma política que "transfere à escola a tarefa de adaptar-se à lógica do capital, marginalizando o conhecimento sistematizado" (Saviani, 2008, p. 63).

Em minhas práticas pedagógicas, como docente, sempre busco resistir. Reorganizo conteúdos, crio projetos interdisciplinares, utilizo filmes, música e literatura como estratégias de acesso ao pensamento sociológico. Mesmo com o tempo reduzido, insisto em problematizar a realidade com meus alunos, pois acredito, como Michael Apple (2006), que "a educação pode ser uma prática de liberdade, mas apenas se os educadores assumirem o seu papel político" (Apple, 2006, p. 87).

Por vezes, a exaustão, a sobrecarga, a burocratização, a vigilância curricular e a insegurança profissional afetaram diretamente minha saúde e motivação. No entanto, cada momento em que um estudante diz que "nunca tinha pensado por esse lado" reafirma minha convicção de que vale a pena lutar por uma escola e espaço universitário que forme sujeitos críticos.

Narrar minha experiência como professora de Sociologia no Novo Ensino Médio é também denunciar os caminhos de apagamento dessa disciplina na escola pública brasileira. Através da autoetnografia, compartilho não apenas as dores e os desafios do ofício docente, mas também os gestos de resistência que marcam nosso cotidiano pedagógico.

Defender a Sociologia é defender o direito à leitura crítica do mundo. E, como ensinou Paulo Freire (2006), "ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar" (Freire, 2006, p. 41).

Novo governo, novas mudanças nas ciências humanas

Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2023, iniciou-se um novo ciclo de revisão das políticas educacionais que haviam sido profundamente alteradas durante os governos anteriores, especialmente com a implementação do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017). A reforma, fortemente criticada por profissionais da educação, estudantes e pesquisadores, tornou-se um dos pontos centrais de debate no novo governo.

Diferente da postura tecnicista adotada pelas gestões anteriores (que priorizavam a formação voltada ao mercado de trabalho), o governo Lula retomou a ideia de uma educação integral, crítica e humanista, em consonância com as diretrizes históricas defendidas por educadores como Paulo Freire (2006) e Dermeval Saviani (2008).

Uma das ações mais emblemáticas foi a abertura de uma consulta pública nacional, realizada entre 2023 e 2024, para ouvir professores, estudantes, universidades e instituições da sociedade civil sobre os efeitos do Novo Ensino Médio. Essa escuta revelou uma ampla insatisfação com a redução da carga horária de disciplinas fundamentais (como Sociologia, Filosofia, Artes e História) e com a fragmentação do currículo nos chamados "itinerários formativos".

O Ministério da Educação (MEC), sob a liderança de Camilo Santana, comprometeu-se com uma reestruturação do modelo. Em 2024, foi anunciado o envio de um novo projeto de lei ao Congresso Nacional para revogar parcialmente o Novo Ensino Médio, com foco na recomposição da carga horária das disciplinas da formação geral básica e na valorização das Ciências Humanas.

O governo também se comprometeu a ampliar o acesso à educação técnica sem comprometer a formação geral, retomando a visão de um Ensino Médio articulado com políticas de inclusão, permanência e valorização do magistério.

A reorientação curricular promovida por Lula não ignora a necessidade de inovação, mas procura equilibrar a formação técnica e científica com a formação humanística, promovendo uma educação que emancipa, não apenas que habilita. Como destaca o Plano Nacional de Educação (PNE), ainda em vigor, o Ensino Médio deve assegurar a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando.

Em síntese, o governo Lula, em seu terceiro mandato, tem buscado reverter os danos causados por uma reforma que enfraqueceu o caráter crítico e universal da educação pública. Ao recolocar a formação integral no centro das políticas educacionais, aponta para um modelo de Ensino Médio que respeita as juventudes brasileiras em sua pluralidade, garantindo o direito à aprendizagem significativa, ao pensamento crítico e à cidadania ativa.

Refletir sobre as mudanças atribuídas ao longo dos governos sobre a sociologia, é fundamental para pensar nos próprios sentidos pedagógicos que a sociologia escolar implica na sua funcionalidade. Então, para que serve e a que se propõe o ensino de Sociologia? Cigales e Bodart (2020) apontaram os principais eixos que são atribuídos aos sentidos do ensino de Sociologia, sendo eles: "a) cidadania; b) preparação básica para o mundo do trabalho; e c) promoção de uma compreensão sociológica da realidade na qual os indivíduos estão inseridos, assim como da reflexividade em relação às suas ações, modos de pensar e se comportar diante do mundo social" (Cigales; Bodart, 2020, p. 10).

No mesmo caminho, o sentido pedagógico do ensino de Sociologia para Lahire (2014), caminha em direção à formação cidadã e à preparação para a vida coletiva, desde que seja pedagogicamente adaptado, o autor acredita que esses sentidos são fundamentais para a formação escolar dos cidadãos de acordo com as exigências modernas da sociedade.

A consolidação da disciplina de Sociologia nos currículos escolares da educação básica está intrinsecamente relacionada tanto à afirmação da categoria profissional (representada, sobretudo, pela atuação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais -ABECS) quanto às conquistas legais que regulamentaram seu ensino ao longo do tempo. Até a década de 1940, a presença da Sociologia na escola assumia um caráter conservador, funcionando majoritariamente como instrumento de controle social e manutenção da ordem vigente.

A partir desse período, no entanto, eventos como a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os processos de redemocratização e os movimentos sociais que reivindicavam o retorno da disciplina ao currículo contribuíram para a reconfiguração de seus sentidos pedagógicos. Nesse novo contexto, a Sociologia passou a ser compreendida como uma ferramenta de formação crítica e emancipatória, voltada para a leitura reflexiva da realidade social. Seus objetivos passaram a se orientar pela promoção do estranhamento, da desnaturalização de fenômenos sociais e da análise crítica das experiências concretas vividas pelos sujeitos.

À luz dessa trajetória histórica e política, as contribuições de Amaury Moraes em *Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade* (2011) oferecem uma chave interpretativa fundamental para compreender as disputas em torno do lugar da Sociologia no currículo escolar brasileiro. Para Moraes (2011), a presença (ou ausência) da disciplina nunca foi neutra, mas resultado direto de projetos societários em disputa, nos quais a Sociologia ora foi valorizada como instrumento de formação crítica, ora marginalizada por representar uma ameaça à ordem social estabelecida. O autor demonstra que os períodos de supressão da disciplina coincidem com contextos autoritários ou de forte racionalização tecnicista da educação, enquanto os movimentos de reinserção se articulam a processos de redemocratização e à ampliação das demandas por cidadania e participação social.

Nesse sentido, a campanha pela obrigatoriedade da Sociologia, consolidada com a Lei nº 11.684/2008, não pode ser compreendida apenas como uma conquista corporativa, mas como expressão de uma luta mais ampla pela democratização do conhecimento e pelo reconhecimento da escola como espaço de formação política e crítica. Moraes (2011) argumenta que o ensino de Sociologia cumpre um papel estratégico ao

possibilitar aos estudantes o contato sistemático com conceitos, teorias e métodos que permitem interpretar a sociedade para além do senso comum, promovendo o estranhamento e a desnaturalização das desigualdades sociais. Tal função torna-se especialmente relevante em contextos de reformas educacionais que tendem a esvaziar o currículo de conteúdos críticos, como ocorreu com o Novo Ensino Médio.

Dessa forma, ao relacionar a atual reorientação das políticas educacionais no governo Lula com a periodização proposta por Amaury Moraes (2011), é possível afirmar que o momento presente se insere em mais uma fase de disputa pelos sentidos da Sociologia escolar. A recomposição da carga horária e a valorização das Ciências Humanas sinalizam não apenas uma correção de rumos técnicos, mas a retomada de um projeto educacional comprometido com a formação cidadã, reflexiva e democrática. Assim, o ensino de Sociologia reafirma sua centralidade como componente curricular capaz de articular conhecimento científico, crítica social e participação política, contribuindo para a construção de sujeitos conscientes de seus direitos, deveres e de sua inserção histórica na sociedade.

Considerações finais

A análise aqui desenvolvida evidenciou que, durante o Governo Bolsonaro (2019–2022), os professores de Sociologia da educação básica enfrentaram um cenário marcado pela precarização das condições de trabalho, pela intensificação das desigualdades estruturais e pela invisibilidade das múltiplas formas de violência (simbólica, institucional e subjetiva) que atravessaram o cotidiano docente em meio à pandemia de Covid-19.

Muito além da transposição técnica para o ensino remoto, os desafios enfrentados pelos docentes refletiram um contexto de negligência estatal, desvalorização das Ciências Humanas e crescente hostilidade ideológica contra práticas pedagógicas críticas. A Sociologia, como disciplina escolar voltada à formação cidadã, tornou-se alvo frequente de ataques, tendo sua legitimidade colocada em questão tanto por setores do governo quanto por discursos públicos que desqualificavam o saber científico e à docência como prática social relevante.

Nesse contexto, os professores atuaram em condições adversas: sobrecarregados, desamparados e muitas vezes silenciados. A ausência de políticas públicas efetivas de apoio à saúde mental, de infraestrutura adequada e de valorização profissional agravou ainda mais as desigualdades já presentes no sistema educacional, aprofundando o abismo entre as promessas legais de uma educação democrática e a realidade material vivida nas escolas públicas e privadas.

Ao reconhecer a centralidade da Sociologia na formação crítica e na leitura da realidade social, torna-se urgente reverter o processo de desmonte curricular e simbólico que marcou esse período. Mais do que retomar a disciplina nos currículos, é necessário reconstruir condições de trabalho dignas, fomentar o debate público sobre o papel das Ciências Humanas na educação e garantir o respeito à autonomia docente.

Por fim, este trabalho aponta para a importância de produzir registros, análises e memórias sobre o período pandêmico a partir da perspectiva dos professores. Registrar essas experiências é não apenas um gesto de denúncia, mas também um ato de resistência, necessário para que as lições do passado recente possam orientar políticas educacionais mais justas, humanas e comprometidas com a democracia.

Referências

APPLE, Michael. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BANDEIRA, Lourdes. **Gênero e violência:** um olhar necessário sobre a educação. Educação & Sociedade, v. 26, n. 91, p. 305-328, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** 1º ed. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a Sociologia.** Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOLSONARO diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia. **G1, On-line,** 26 de abril de 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mecestudadescentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml. Acesso em: 10 de junho de 2022.

BRASIL. **Projeto de lei nº 867 de 2015***.* Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Câmara dos Deputados, Brasília, DF. 23, março, 2015.

BRILHANTE, Aline V. M.; MOREIRA, Claudio**. Formas, fôrmas e fragmentos:** uma exploração performática e autoetnográfica das lacunas, quebras e rachaduras na produção de conhecimento acadêmico. *Interface (Botucatu)*,v. 20, 2016. DOI: 10.1590/1807-57622016.0130

CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano das Neves. **O que ler sobre o ensino de Sociologia no Brasil.** Pensar a Educação em Revista, ano 5, vol. 5, n. 4, dez 2019 – fev. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

ELLIS, C; ADAMS, T.E; BOCHNER, A. P. **Autoethnog - raphy**: an overview. Historical Social. Research, 2011.

ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur. **Autoethnography, Personal Narrative,** Reflexivity: Researcher as Subject. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.). Handbook of Qualitative Research. Thousand Oaks: Sage, 2000.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2017.

FEIJÓ, Fernanda. **Breve histórico do desenvolvimento do ensino de Sociologia no Brasil**. PerCursos, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 133–153, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAMA, Fabiene. **Etnografias, auto-representações, discursos e imagens:** somando representações. In: GONÇALVES, Marco Antônio; HEAD, Scott (Orgs.). Devires imagéticos: representações/apresentações de si e do outro. Rio de Janeiro: 7letras, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Elementos da Teoria da Estruturação.** In: GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4º ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da Sociologia: ensaios, interpretações e tréplicas.** São Paulo: Editora Unesp, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LAHIRE, Bernard. **Viver e interpretar o mundo social:** para que serve o ensino da Sociologia. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 45, n. 1, jan/jun, 2014, p. 45-61.

MARZOCHI, Denise. **A permanência da Sociologia no ensino médio:** entre disputas e consensos. Revista Brasileira de Sociologia, v. 8, n. 20, p. 228–253, 2020. Disponível em: https://www.sbsociologia.com.br. Acesso em: 8 jul. 2025.

MORAES, Amaury Cesar. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 359–377, 2011.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil:** (1930/1973). – 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SOBRINHO, Flávio Helson da Silva. **Eu odeio/adoro sociologia:** os sentidos que principiam uma prática de ensino. Maceió: EDUFAL, 2007

VERSIANI, Daniela G.C.B. 2005. **Autoetnografias**: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: Letras, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de Reforma:** legislação educacional no Brasil – Império e República. Brasília: Liber Livro, 2008.

REVISTA ZABELÊ

ARTIGO

Silêncios que falam, histórias que aproximam: entre áudios e emojis, a magia da contação de histórias via Whatsapp em 2020

Francisca Cardoso da Silva
Especialista em Literatura e Ensino (UEMA)
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
francisca.cardoso@ufms.br

Thiago Felício Barbosa Pereira
Mestre em Letras (UFPI)
Doutorando em Letras pelo PPGEL/UFPI
thiaggofbp@gmail.com

Resumo: A tecnologia na contemporaneidade tem promovido transformações significativas nas práticas sociais e educacionais, influenciando diretamente os modos de leitura e interação com o conhecimento. Nesse contexto, este estudo investiga a importância da contação de histórias mediada por tecnologias digitais durante o período da pandemia da COVID-19, a partir do projeto "Conte para Alguém: histórias para ouvir em casa", desenvolvido pela Universidade Estadual do Piauí em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão. A pesquisa é orientada pela seguinte problemática: qual a relevância da contação de histórias em contextos de distanciamento social? Como objetivo geral, busca-se refletir sobre o papel dessa prática na formação leitora, tendo como objetivos específicos analisar o uso do WhatsApp como ferramenta de mediação e identificar os impactos da escuta de narrativas na formação cultural dos sujeitos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e explicativo, com base em revisão bibliográfica e análise de experiência. O referencial teórico fundamenta-se em estudos sobre multiletramentos, leitura e cultura digital. Os resultados evidenciam que a contação de histórias, mediada por recursos digitais, contribuiu para o desenvolvimento da criatividade, da criticidade e da sensibilidade dos participantes, além de fortalecer a oralidade e ampliar o acesso à literatura em contextos adversos.

Palavras-chave: Contação de histórias; Letramento literário; Leitura interativa; WhatsApp; Pandemia 2020.

REVISTA ZABELÊ

ARTIGO

Silences that speak, stories that bring people together: between audio messages and emojis, the magic of storytelling on WhatsApp in 2020

Abstract: Contemporary technology has significantly transformed social and educational practices, directly influencing reading processes and interactions with knowledge. In this context, this study investigates the importance of storytelling mediated by digital technologies during the COVID-19 pandemic, based on the project "Conte para Alguém: histórias para ouvir em casa", developed by the State University of Piauí in partnership with the State University of Maranhão. The research is guided by the following question: what is the relevance of storytelling in contexts of social distancing? The main objective is to reflect on the role of storytelling in reader formation, while the specific objectives include analyzing the use of WhatsApp as a tool for reading mediation and identifying the impacts of listening to narratives on the cultural development of individuals. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and explanatory study, based on bibliographic review and experience analysis. The theoretical framework draws on studies of multiliteracies, reading, and digital culture. The results show that storytelling mediated by digital resources contributed to the development of creativity, critical thinking, and sensitivity among participants, as well as strengthening orality and expanding access to literature in adverse contexts.

Keywords: Storytelling; Literary literacy; Interactive reading; WhatsApp; Pandemic 2020.

Introdução

No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação das tecnologias digitais, novas formas de interação, comunicação e produção de sentidos têm redefinido as práticas sociais de leitura e escrita. Nesse cenário, a oralidade, compreendida como prática multimodal e multissemiótica, amplia suas possibilidades de atuação ao articular diferentes linguagens e recursos tecnológicos, contribuindo significativamente para a construção de novos letramentos, especialmente no campo do letramento literário.

A chamada era informacional ou digital tem promovido transformações profundas nos modos de aprender, compartilhar conhecimentos e interagir socialmente. Essas mudanças impactam diretamente o campo educacional, exigindo práticas pedagógicas que considerem a multiplicidade de linguagens presentes nos ambientes digitais e reconheçam os diferentes modos de apropriação da leitura e da literatura. Nesse sentido, as tecnologias digitais podem constituir importantes instrumentos de mediação para o desenvolvimento da formação leitora, ao possibilitarem novas experiências de acesso, interação e fruição dos textos literários.

Foi nesse contexto que surgiu o projeto "Conte para Alguém: histórias para ouvir em casa", desenvolvido no ano de 2020 pela Universidade Estadual do Piauí, em parceria com professores e discentes da Universidade Estadual do Maranhão. A iniciativa teve como objetivo promover a contação de histórias por meio do aplicativo WhatsApp, utilizando áudios de obras literárias curtas como estratégia para manter o vínculo entre literatura, escola e comunidade durante o período de distanciamento social ocasionado pela pandemia da COVID-19.

Partindo da compreensão de que as redes sociais e os aplicativos de comunicação instantânea oferecem novas possibilidades de práticas leitoras, este estudo fundamenta-se na hipótese de que o uso pedagógico dessas ferramentas pode contribuir para o incentivo à leitura literária e para a formação de leitores mais participativos e críticos. A utilização do WhatsApp como suporte para a mediação da leitura representa, nesse contexto, uma alternativa viável para ampliar o acesso à literatura, democratizar experiências leitoras e fortalecer práticas de multiletramentos.

Diante disso, este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da contação de histórias mediada por tecnologias digitais durante a pandemia da COVID-19, tomando como objeto de análise o projeto "Conte para Alguém: histórias para ouvir em casa". Busca-se compreender de que modo a utilização do WhatsApp contribuiu para a promoção do letramento literário, para o fortalecimento da interação entre leitores e textos e para a ampliação do repertório cultural dos participantes.

Para alcançar esse objetivo, o trabalho está organizado em três seções interdependentes. Na primeira, discutem-se as implicações das tecnologias digitais na ressignificação das práticas de leitura, destacando-se o papel do WhatsApp como ferramenta de incentivo à leitura interativa. Na segunda seção, analisa-se a relação entre os sentidos do texto e o letramento literário, enfatizando a importância da escuta de histórias na formação do leitor-ouvinte. Por fim, apresenta-se o projeto "Conte para Alguém: histórias para ouvir em casa" como experiência concreta de letramento digital, evidenciando seus procedimentos metodológicos e suas contribuições para a mediação literária em contexto pandêmico.

Revisão de literatura

As transformações sociais e tecnológicas das últimas décadas têm provocado mudanças significativas nas práticas de leitura, escrita e produção de sentidos, exigindo novas abordagens teóricas para compreender o papel da linguagem em contextos contemporâneos. Nesse cenário, a articulação entre oralidade, letramento literário e cultura digital constitui um campo fecundo de investigação, especialmente quando mediado por tecnologias digitais.

A linguagem, compreendida como prática social, é concebida como um processo interativo e dialógico. Nessa perspectiva, Mikhail Bakhtin (1997) afirma que todo enunciado se constitui na relação com o outro, sendo atravessado por vozes sociais que refletem contextos históricos e culturais. Tal concepção reforça a ideia de que a leitura e a produção de sentidos não são atividades isoladas, mas processos interativos, situados socialmente.

Complementando essa visão, Ingedore Koch (2008; 2011) destaca que a construção de sentidos depende da interação entre texto, leitor e contexto, o que implica reconhecer a pluralidade interpretativa e a participação ativa do sujeito no processo de leitura. Assim, a compreensão textual ultrapassa a decodificação, configurando-se como uma atividade cognitiva e social.

No campo da oralidade, Irandé Antunes (2003) enfatiza que ouvir é uma competência fundamental da linguagem, sendo parte constitutiva da comunicação. Para a autora, a escuta ativa desempenha papel central no desenvolvimento da competência discursiva, aproximando-se das práticas de leitura, especialmente quando se consideram contextos de contação de histórias. Essa perspectiva é reforçada por Leonor Lopes Fávero et al. (2003), ao destacarem que textos orais e escritos devem ser compreendidos a partir de suas condições de produção, o que evidencia a importância da oralidade no ensino de língua materna.

A contação de histórias, por sua vez, insere-se em uma tradição histórica e cultural profundamente vinculada à memória coletiva. Walter Benjamin (1987) ressalta que a narrativa oral constitui uma forma de transmissão de experiências, na qual o narrador compartilha saberes construídos ao longo do tempo. De modo semelhante, Jacques Le Goff (1996) aponta que a memória coletiva é estruturante das sociedades, especialmente aquelas baseadas na oralidade, sendo responsável pela preservação de saberes e tradições.

Nesse contexto, a narrativa oral assume papel relevante na constituição da identidade cultural e na formação dos sujeitos. Segundo Joaquim Onésimo Ferreira Barbosa (2011), as narrativas são construções que articulam memória, experiência e performance, funcionando como instrumentos de transmissão cultural e de construção de sentidos.

No âmbito educacional, o letramento literário é compreendido como prática social que vai além da leitura técnica de textos. Rildo Cosson (2014) defende que a literatura deve ser trabalhada como experiência significativa, capaz de promover a formação crítica do leitor. Essa concepção dialoga com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (2018), que reconhece a literatura como elemento essencial para o desenvolvimento da imaginação, da sensibilidade e da compreensão do mundo.

Com o avanço das tecnologias digitais, essas práticas passam a ocorrer em ambientes híbridos, nos quais diferentes linguagens se articulam. Roxane Rojo (2012) introduz o conceito de multiletramentos, destacando a necessidade de considerar a multiplicidade de linguagens e culturas presentes na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a leitura deixa de ser exclusivamente verbal e passa a incorporar elementos visuais, sonoros e digitais.

A cultura digital, conforme aponta Manuel Castells (2003), estrutura-se em redes que reconfiguram as formas de comunicação e interação social. Nessa perspectiva, os ambientes digitais ampliam as possibilidades de acesso à informação e de produção de conhecimento, criando novas dinâmicas de aprendizagem. De modo complementar, Raquel Recuero (2000) evidencia que a internet transforma os processos comunicacionais, favorecendo a construção de redes sociais interativas.

No campo educacional, essas transformações impactam diretamente as práticas pedagógicas. Estudos como o de Lenir de Jesus Barcelos Coelho (2013) destacam que o hipertexto digital promove novas formas de leitura e escrita, caracterizadas pela não linearidade e pela interatividade. Além disso, Cristiane Porto et al. (2017) evidenciam que o uso do WhatsApp possibilita a expansão das práticas de leitura e escrita, incorporando elementos multimodais como áudios, imagens e vídeos.

Essa perspectiva é reforçada por Emanuel do Rosário Santos Nonato (2020), ao afirmar que a cultura digital redefine o ensino de literatura, exigindo práticas mais dinâmicas e interativas. De modo semelhante, Priscila Correa Junqueira et al. (2025) apontam que o letramento digital, especialmente nos anos iniciais, amplia as possibilidades de aprendizagem ao integrar diferentes linguagens.

No contexto da pandemia da COVID-19, essas práticas ganharam ainda mais relevância. Adriana Barni Truccolo et al. (2023) destacam que a contação de histórias mediada por tecnologias digitais contribuiu para o cuidado emocional e para a manutenção de vínculos afetivos, especialmente entre crianças. Esse aspecto evidencia que a leitura literária, além de sua dimensão cognitiva, possui também um papel social e afetivo.

Por fim, as discussões sobre história oral, conforme Ricardo Santhiago e Magalhães (2013), reforçam a importância das narrativas como formas de construção e ressignificação da memória, permitindo compreender experiências vividas em contextos específicos.

Diante desse conjunto teórico, compreende-se que a contação de histórias mediada por tecnologias digitais articula múltiplas dimensões — linguística, social, cultural e tecnológica — configurando-se como prática relevante para o desenvolvimento do letramento literário em contextos contemporâneos.

O mundo digital e as ressignificações da leitura na cultura contemporânea

A compreensão da leitura na contemporaneidade exige o reconhecimento de que os textos extrapolam a dimensão estritamente verbal, incorporando múltiplas linguagens que se articulam na produção de sentidos. Nesse contexto, a multimodalidade passa a ocupar lugar central nas práticas de leitura, uma vez que elementos como imagens, sons e recursos digitais integram o tecido textual. Conforme argumenta Rojo (2012, p. 182), os textos devem ser entendidos como “modos de dizer” que não se restringem à escrita, mas se constituem por diferentes semioses, ampliando as possibilidades interpretativas.

Essa perspectiva desloca a leitura de um modelo centrado na decodificação para uma prática interpretativa mais ampla, que envolve a interação entre diferentes linguagens e contextos socioculturais. Assim, o leitor contemporâneo é convocado a mobilizar múltiplas competências para construir sentidos, o que se articula diretamente com o conceito de multiletramentos, entendido como a capacidade de ler, interpretar e produzir textos em diferentes formatos e mídias (ROJO, 2012).

No âmbito da cultura digital, esse processo é intensificado pelo uso de tecnologias e aplicativos de comunicação, que transformam significativamente as práticas de leitura e escrita. De acordo com Porto, Oliveira e Alves (2017), plataformas como o WhatsApp

configuram novos espaços de interação discursiva, nos quais textos são produzidos e compartilhados por meio de diferentes recursos, como áudios, imagens, vídeos, emojis e hipertextos. Tais elementos não apenas ampliam as formas de comunicação, mas também instauram novas dinâmicas de letramento, marcadas pela interatividade e pela multissemiose.

Nesse sentido, o ciberespaço favorece a emergência de práticas de leitura mais dinâmicas e participativas, exigindo do sujeito a adaptação a novos processos cognitivos. Araújo (2008) destaca que os gêneros digitais, caracterizados por sua natureza interativa e multissensorial, demandam habilidades específicas, uma vez que implicam formas não lineares de leitura e produção textual. Dessa forma, o ambiente digital não apenas modifica os suportes da leitura, mas também redefine as formas de interação com o texto.

A partir dessa perspectiva, torna-se fundamental repensar o ensino de Língua Portuguesa, especialmente no que se refere ao letramento literário. Conforme Rojo (2012, p. 181), é necessário promover práticas que ultrapassem a mera decodificação, possibilitando ao sujeito posicionar-se como leitor crítico e autônomo, capaz de compreender os textos em sua dimensão discursiva e social. Assim, a leitura passa a ser concebida como uma prática situada, vinculada às experiências cotidianas e aos contextos de uso da linguagem.

Paralelamente, ao discutir a leitura no contexto digital, é importante considerar a permanência de elementos tradicionais, como a oralidade e a memória, que continuam a desempenhar papel fundamental na construção de sentidos. Nesse aspecto, Le Goff (1996) ressalta que, nas sociedades sem escrita, a memória coletiva organiza-se em torno de narrativas que preservam saberes, tradições e identidades culturais. Essa dimensão é retomada por Benjamin (1987), ao afirmar que a narrativa oral constitui uma forma de transmissão de experiências, baseada na partilha e na vivência coletiva.

Desse modo, a contação de histórias, mesmo quando mediada por tecnologias digitais, mantém sua função social e cultural, articulando tradição e inovação. A escuta de narrativas, nesse contexto, configura-se como uma prática de leitura que mobiliza processos interpretativos e afetivos, contribuindo para a formação do leitor.

No campo do letramento literário, Cosson (2014) destaca que a literatura deve ser compreendida como um conjunto de práticas sociais que envolvem a circulação, a apropriação e a ressignificação dos textos em diferentes contextos. Assim, a inserção da literatura em ambientes digitais amplia suas formas de acesso e apropriação, permitindo que novos sujeitos se relacionem com o texto literário.

Além disso, o contexto pandêmico da COVID-19 evidenciou desigualdades estruturais no acesso à educação, especialmente no que se refere às práticas de leitura. Dados da Agência Senado (ARAÚJO, 2021) indicam que a suspensão das atividades presenciais afetou de maneira desigual as instituições de ensino, tornando ainda mais urgente a adoção de estratégias alternativas de mediação pedagógica. Nesse cenário, o uso de tecnologias digitais mostrou-se fundamental para garantir a continuidade das práticas educativas.

Diante desse panorama, iniciativas que articulam literatura e tecnologias digitais, como a contação de histórias via aplicativos de mensagens, configuram-se como estratégias relevantes para democratizar o acesso à leitura. Conforme destacam Porto, Oliveira e Alves (2017), o uso do WhatsApp no contexto educacional possibilita novas formas de interação, autoria e circulação de textos, contribuindo para a transformação dos modos de ensinar e aprender.

Assim, compreende-se que o mundo digital não apenas redefine os suportes da leitura, mas também amplia suas possibilidades de significação, ao integrar diferentes linguagens, promover a interatividade e favorecer práticas de letramento mais inclusivas e contextualizadas. Nesse cenário, a leitura assume um caráter dinâmico, híbrido e socialmente situado, exigindo novas abordagens teóricas e metodológicas no campo da educação e da linguagem.

Metodologia

Este estudo insere-se no campo das pesquisas qualitativas, de natureza exploratória e interpretativa, adotando como delineamento um estudo de caso do tipo relato de experiência analítico. Tal abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, uma prática pedagógica situada, desenvolvida em contexto específico — o período de distanciamento social ocasionado pela pandemia da COVID-19 —, considerando suas dimensões sociais, culturais e educacionais.

Delineamento da pesquisa

O objeto de investigação é o projeto “Conte para Alguém: histórias para ouvir em casa”, realizado entre abril e dezembro de 2020, vinculado à Brinquedoteca Espaço Hora da Aventura, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). A ação consistiu na mediação da leitura literária por meio da contação de histórias em formato de áudio, compartilhadas via aplicativo WhatsApp.

O estudo caracteriza-se como relato de experiência com caráter analítico, uma vez que não se limita à descrição das atividades desenvolvidas, mas busca interpretar criticamente seus efeitos no processo de letramento literário, à luz de referenciais teóricos da área.

Participantes e contexto

Participaram da ação 12 contadores de histórias, entre professores e discentes dos cursos de Pedagogia e Letras, responsáveis pela seleção, gravação e envio das narrativas. O público-alvo foi composto, inicialmente, por crianças atendidas pela brinquedoteca e seus responsáveis, sendo posteriormente ampliado para um público diversificado, incluindo jovens e adultos de diferentes regiões do Brasil, em função da circulação das mensagens via redes digitais.

O contexto de realização da pesquisa é marcado pela suspensão das atividades presenciais em instituições educacionais, o que demandou a adaptação de práticas pedagógicas para ambientes digitais, evidenciando a centralidade das tecnologias na mediação do ensino e da leitura.

Procedimentos de produção dos dados

- A produção dos dados ocorreu de forma sistemática, a partir de diferentes fontes, caracterizando uma estratégia de triangulação metodológica. Foram considerados como corpus da pesquisa:
- 75 áudios de histórias literárias, produzidos e compartilhados ao longo do projeto;
- Interações no WhatsApp, incluindo mensagens de retorno, comentários e manifestações espontâneas dos participantes;
- Produções dos ouvintes, como desenhos elaborados a partir da escuta das narrativas (ex.: Figura 6);
- Materiais de divulgação, como postagens em redes sociais (Figuras 1 e 2) e capas das obras trabalhadas (Figuras 3, 4 e 5);
- Documentos organizacionais, como cronogramas, critérios de seleção das obras e registros das reuniões de planejamento.

Os áudios enviados seguiam critérios previamente estabelecidos:

- Duração máxima de 7 minutos;

- Linguagem acessível e expressiva;
- Adequação ao público infantojuvenil e geral;
- Diversidade de gêneros textuais (contos, fábulas, poesias, narrativas contemporâneas);
- Envio em horários definidos (entre 9h e 18h), três vezes por semana.

A seleção das obras também considerou temáticas relevantes ao contexto pandêmico, como emoções, convivência, diversidade cultural, empatia e autocuidado.

Procedimentos de análise dos dados

A análise dos dados foi conduzida a partir de uma abordagem interpretativa, inspirada nos pressupostos da análise qualitativa de conteúdo, conforme Bardin (2011), organizada em três etapas: (I) pré-análise; (II) exploração do material; (III) tratamento dos resultados e interpretação.

Com base no referencial teórico e nos objetivos da pesquisa, foram definidas previamente as seguintes categorias analíticas:

1. **Mediação tecnológica da leitura:**

   Analisa o papel do WhatsApp e das redes digitais na circulação e acesso ao texto literário.

2. **Engajamento e interação dos participantes:**

   Observa as formas de participação dos ouvintes, incluindo feedbacks, mensagens e produções (desenhos, comentários).

3. **Formação do leitor-ouvinte:**

   Investiga indícios de ampliação do repertório literário e da construção de sentidos a partir da escuta.

4. **Dimensão afetiva da leitura:**

   Examina manifestações emocionais e vínculos estabelecidos com as narrativas, especialmente no contexto de isolamento social.

Os dados foram organizados e analisados de forma articulada às categorias, buscando identificar recorrências, padrões de interação e evidências de aprendizagem e envolvimento dos participantes.

Aspectos éticos

A pesquisa respeitou os princípios éticos, assegurando o anonimato dos participantes. As interações analisadas não foram identificadas nominalmente, e os registros utilizados (como desenhos e manifestações) foram considerados apenas em sua dimensão analítica, sem exposição de dados pessoais, conforme orientações éticas para pesquisas em ambientes digitais.

Figuras 1 e 2 – Posts do Instagram

Fonte: https://www.instagram.com/conteparalguem_oficial/[1]

Figuras 3 e 4 – Capas de livros utilizados no projeto

Fonte: https://sites.google.com/cpm.uespi.br/brinquedoteca/conte-para-algu%C3%A9m?authuser=1

1 Perfil do projeto no Instagram.

Figura 5 – Capa de livro e **Figura 6 –** Desenho de leitor

Fonte: https://www.instagram.com/conteparalguem_oficial/[2]

Tabela 1 – Histórias selecionadas

HISTÓRIAS CONTADAS	MESES
A caligrafia de dona Sofia (2006): André Neves	Maio/2020
O sapo Zé (2016), Railson Cauã Gomes	Junho/2020
Meninas Negras (2006): Madu Costa	Julho/2020
A cidade dos carregadores de pedra (2012): Sandra Branco	Agosto/2020
8 jeitos de mudar o mundo (2009): Sandra Aymone	Agosto/2020
Se eu pudesse .... Ler (2012): Tiziana Bendall-brunello/ John Bendall-brunello	Agosto/2020
A Raiva (2016): Blandina Franco e José Carlos Lollo	Setembro/2020
As aventuras de Torty, a Tartaruga (2012): Ikechukwu Sunday Nkeechi Sanny	Setembro/2020
Ágata e a saúde da mulher (2019): Márcia Evelin e Luiz Ayrton Santos Jr.	Outubro/2020
Bel, o menino de coração selvagem (2018): Wagner David Rocha	Outubro/2020
O coelho sem coração (2012): Rogério Andrade Barbosa	Novembro/2020
O tamanho do meu sonho (2010): Przemyslaw Wechterowicz	Dezembro/2020

Fonte: Autora: SILVA, F.C., 2022.

2 Perfil do Instagram.

Discussão

Os resultados obtidos neste estudo corroboram a compreensão de que as práticas de leitura na contemporaneidade estão profundamente atravessadas pelas tecnologias digitais, exigindo novas abordagens pedagógicas que considerem a multimodalidade e os multiletramentos. Nesse sentido, a integração entre áudio, imagem e texto, evidenciada nas práticas do projeto, confirma a perspectiva de que os textos não se constituem apenas por palavras, mas por múltiplas semioses (ROJO, 2012).

A utilização do WhatsApp como ferramenta de mediação literária reforça a ideia de que os ambientes digitais reconfiguram as práticas de leitura e escrita, tornando-as mais interativas, dinâmicas e participativas. Conforme Porto, Oliveira e Alves (2017), os aplicativos de mensagens instantâneas possibilitam novas formas de produção e circulação de textos, organizadas a partir da lógica do hipertexto e da cultura digital. Tal aspecto foi evidenciado no presente estudo, especialmente na articulação entre áudios, imagens e interações dos participantes.

A produção de desenhos pelos ouvintes (Figura 6) evidencia que a leitura, mesmo quando mediada pela escuta, é um processo ativo de construção de sentidos. Essa constatação dialoga com Koch e Elias (2008), ao afirmarem que a compreensão textual depende da interação entre texto, leitor e contexto, implicando a participação ativa do sujeito na construção do significado.

Do ponto de vista da oralidade, os resultados reforçam a importância da escuta como prática fundamental no desenvolvimento da competência comunicativa. Conforme Antunes (2003), ouvir é uma atividade interpretativa que mobiliza conhecimentos prévios e promove a construção de sentidos, assim como ocorre na leitura escrita. No contexto do projeto, a escuta das narrativas permitiu a inclusão de sujeitos em diferentes níveis de letramento, ampliando o acesso à literatura.

Além disso, a prática da contação de histórias, mesmo mediada por tecnologias digitais, mantém sua função histórica de transmissão de experiências e saberes. Segundo Benjamin (1987), a narrativa oral constitui uma forma de compartilhamento de experiências humanas, sendo fundamental para a construção da memória coletiva. Essa perspectiva é reforçada por Le Goff (1996), ao destacar que a memória é elemento estruturante das sociedades, especialmente na preservação de tradições culturais.

A diversidade de obras apresentadas (Tabela 1), incluindo narrativas de diferentes contextos culturais, como *As aventuras de Torty*, evidencia a importância da literatura na formação crítica e cultural dos sujeitos. Nesse sentido, Cosson (2014) destaca que

o letramento literário deve promover experiências significativas de leitura, capazes de ampliar o repertório cultural e desenvolver a criticidade dos leitores.

No âmbito educacional, os resultados também dialogam com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), que reconhece a literatura como prática essencial para o desenvolvimento da imaginação, da sensibilidade e da compreensão do mundo. A produção de sentidos observada nos participantes evidencia que a leitura literária, mesmo em ambiente digital, mantém seu potencial formativo.

Por outro lado, é importante problematizar que, embora os resultados sejam positivos, a ausência de acompanhamento sistemático dos participantes e de instrumentos mais estruturados de avaliação limita a generalização dos dados. Esse aspecto reforça a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a análise dos impactos das práticas digitais na formação leitora.

Por fim, compreende-se que o projeto analisado evidencia a potência das tecnologias digitais como mediadoras do letramento literário, ao possibilitar práticas mais inclusivas, interativas e afetivas. Nesse contexto, o WhatsApp deixa de ser apenas uma ferramenta de comunicação para se configurar como um espaço pedagógico relevante, capaz de promover a formação de leitores críticos e participativos na cultura digital contemporânea.

Considerações finais

O presente estudo evidenciou que a contação de histórias mediada pelo aplicativo WhatsApp constituiu uma estratégia relevante para a promoção do letramento literário no contexto da pandemia da COVID-19. Ao articular oralidade, multimodalidade e tecnologias digitais, a prática analisada ampliou o acesso à literatura e favoreceu o engajamento de diferentes públicos.

Os resultados indicam que a escuta de narrativas, associada a recursos visuais e interativos, contribuiu para a formação de leitores mais participativos e críticos, além de estimular a imaginação, a sensibilidade e a construção de sentidos. Destaca-se, ainda, a dimensão afetiva da experiência, que auxiliou no fortalecimento de vínculos em um período marcado pelo distanciamento social.

Do ponto de vista educacional, o estudo reafirma o potencial das tecnologias digitais como mediadoras do ensino, especialmente no desenvolvimento dos multiletramentos e na democratização do acesso ao texto literário.

Por fim, conclui-se que o projeto “Conte para Alguém: histórias para ouvir em casa” evidencia que a integração entre oralidade e cultura digital não apenas ressignifica as práticas de leitura, mas também amplia os horizontes da formação leitora, demonstrando

que, mesmo em contextos adversos, a literatura encontra caminhos para permanecer viva, significativa e transformadora.

Referências

ANTUNES, Irandé, 1937. In: ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKTHIN, Mikhail Njkailovitch,1895-1975. Estética da criação verbal. [Tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl]. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.1997. Coleção Ensino Superior.

BEJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história dacultura**. Obras Escolhidas volume 1. Tradução: Sergio Paulo Rouanet, Prefacio: Jeanne Marie Gagnebin. 1ª edição 1985. 3ª edição, Editora: Brasiliense. 1987.

BARBOSA, Joaquim Onésimo Ferreira. **Narrativas orais: performance e memória** / Joaquim Onésimo Ferreira Barbosa. - Manaus: UFAM, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto. 2014. BRASIL.

COELHO, Lenir de Jesus Barcelos. **A leitura e a escrita no hipertexto digital como práticas sociais: reflexões a partir da perspectiva do letramento**. In.: **Revista Ícone**. Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Vol. 11. Jan. de 2013 –ISSN 1982-7717.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. *In*: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação:** mídia, mundialização cultural e poder. Rio de janeiro: Record, 2003.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. **Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino delíngua materna**. São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUEIRA, Priscila Correa; JUNQUEIRA, Larissa Correa. e SILVESTRE, Hugo de Andrade. **Letramento digital no ensino fundamental nos anos iniciais**. Disponível em: <pibidletramentodigital.blogspot.com>. Acesso em: 12 de junho de 2025.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, **Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto**. 2ª ed. São Paulo. Contexto. 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça -1993. **Desvendando os segredos do texto.**7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LE GOFF, Jacques, 1994. História e memória. *In*: GOFF, Jacques Le. **Memória** - Goff, tradução editora da UNICAMP, 1996.

NONATO, Emanuel do Rosário Santos. **Cultura digital e ensino de literatura na educaçãosecundária**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 50, n. 176, p.534-554, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147126.>. Acessado em: 12 de junho de 2025.

PORTO; Cristiane de Magalhães Porto; OLIVEIRA, Kaio Eduardo de Jesus; ALVES, AndréLuiz. Expansão e reconfigurações das práticas de leitura e escrita por meio do WhatsApp. *In*:***Whatsapp* e educação entre mensagens, imagens e sons**. Organizadores: Cristiane Porto, Kaio Oliveira; Alexandre Chagas. Salvador: EDUFBA; EDITUS, 2017. ISBN 978-85-232- 2020-49. Acesso em: 12 de junho de 2025 às 14h50min.

RECUERO, Raquel da Cunha. **A internet e a nova revolução na comunicação mundial**. Rio Grande do Sul. 2000. Disponível em: <http://pontomidia.com.br/raquel/revolucao.htm.>Acesso em 12 de junho de 2025.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Multiletramentos na escola.** Roxane Rojo, Eduardo Moura (Orgs). São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

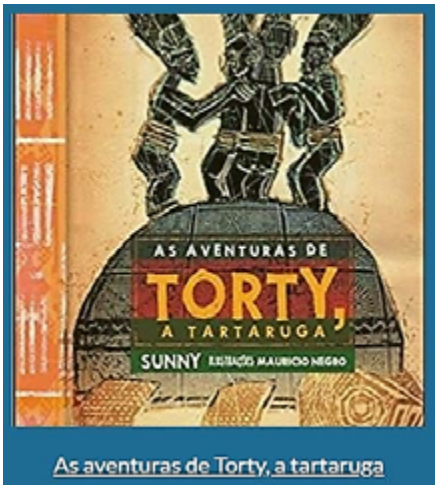
TRUCCOLO, Adriana Barni; MACHADO, Nathália Blanco; QUINTANA, Tatiane Felipeto. **Contação de histórias como ferramenta de cuidado e comunicação afetiva com crianças no contexto da pandemia.** REVISTA OBSERVATORIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANACuritiba, v.21, n.5, p.2774-2788. 2023. ISSN: 1696-8352. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/565/369. Acessado: 26/01/2026.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa (Org.) **Depois da utopia: Ahistória oral em seu tempo.** Letra Voz: São Paulo: Letra e Voz, 2013.

Anexos

Bel, o menino do coração selvagem.
Fonte: Acervo do autor.

"Um livro é para ser lido".
Fonte: Acervo do autor.



As Aventuras Tartaruga de,
Torty A Tartaruga. Fonte: Acervo do autor.

A Caligrafia de Dona Sofia.
Fonte: Acervo do autor.

8 jeitos de mudar o mundo
para crianças. Fonte: Acervo do autor.

Imagem aluno.
Fonte: Acervo do autor.

REVISTA ZABELÊ

ARTIGO

Do isolamento ao aplicativo: memórias da pandemia e a precarização do trabalho em plataformas digitais

Alessandro Pelópidas Ferreira de Queiroz
Mestre em Gestão do Desenvolvimento (UPE)
Universidade de Pernambuco
alessandropfq@gmail.com

Giorge Andre Lando
Doutor em Direito (FADISP)
Livre-docente e Professor Associado da Universidade de Pernambuco
giorge.lando@upe.br

Resumo: A pandemia de Covid-19 acelerou a digitalização do consumo e da mobilidade urbana no Brasil, com a expansão de serviços de *delivery*, *crowdshipping* e *carsharing*. Embora apresentados como soluções inovadoras, esses modelos intensificaram desigualdades históricas e precarizaram ainda mais as condições de trabalho mediadas por aplicativos. Este artigo analisa, sob perspectiva crítica e interdisciplinar, os efeitos da pandemia sobre os trabalhadores de plataformas digitais, conectando memórias do período pandêmico a heranças sociais, econômicas e ambientais no cenário pós-pandêmico. Com base em ensaio crítico fundamentado em revisão bibliográfica narrativa, análise documental exploratória e uso de dados secundários (especialmente da PNAD Covid-19/IBGE), o estudo evidencia que entregadores e motoristas, em sua maioria pertencentes a grupos vulnerabilizados, assumiram custos e riscos de forma integral, ao mesmo tempo em que suas atividades foram reconhecidas como essenciais sem a correspondente proteção social. A experiência do *carsharing* ilustra, por outro lado, a fragilidade estrutural de iniciativas de mobilidade sustentável diante de crises globais. O trabalho conclui que a pandemia funcionou como "substância de contraste", revelando pandemias silenciosas de exploração laboral, degradação ambiental e desigualdade social, e reforça a urgência de políticas públicas que articulem dignidade do trabalho, regulação efetiva e justiça socioambiental.

Palavras-chave: Trabalho em plataformas digitais; Precarização; *Delivery*; Mobilidade urbana; Pandemia de Covid-19.

REVISTA ZABELÊ

ARTIGO

From Isolation to the App: Pandemic Memories and the Precarization of Work on Digital Platforms

Abstract: The Covid-19 pandemic accelerated the digitalization of consumption and urban mobility in Brazil, driving the expansion of delivery, crowdshipping, and carsharing services. Although presented as innovative solutions, these models intensified historical inequalities and deepened the precarization of labor conditions mediated by digital platforms. This article analyzes, from a critical and interdisciplinary perspective, the effects of the pandemic on platform workers, connecting the memories of the pandemic period with its social, economic, and environmental legacies in the post-pandemic context. Based on a critical essay grounded in a narrative literature review, exploratory documentary analysis, and the use of secondary data (particularly from PNAD Covid-19/IBGE), the study shows that couriers and drivers—mostly belonging to historically vulnerable groups—bore the full costs and risks of their activities, while their work was legally recognized as essential without corresponding social protection. The carsharing experience, in turn, illustrates the structural fragility of sustainable mobility initiatives in the face of global crises. The paper concludes that the pandemic acted as a "contrast substance," making visible silent pandemics of labor exploitation, environmental degradation, and social inequality, and highlights the urgency of public policies that integrate labor dignity, effective regulation, and socio-environmental justice.

Keywords: Platform labor; Precarization; Delivery; Urban mobility; Covid-19 pandemic.

REVISTA ZABELÊ

ARTIGO

Del aislamiento a la aplicación: memorias de la pandemia y la precarización del trabajo en plataformas digitales

Resumen: La pandemia de Covid-19 aceleró la digitalización del consumo y de la movilidad urbana en Brasil, con la expansión de servicios de delivery, crowdshipping y carsharing. Aunque fueron presentados como soluciones innovadoras, estos modelos intensificaron desigualdades históricas y profundizaron la precarización de las condiciones laborales mediadas por aplicaciones. Este artículo analiza, desde una perspectiva crítica e interdisciplinaria, los efectos de la pandemia sobre los trabajadores de plataformas digitales, conectando las memorias del período pandémico con las herencias sociales, económicas y ambientales en el escenario pospandémico. Basado en un ensayo crítico fundamentado en una revisión bibliográfica narrativa, análisis documental exploratorio y uso de datos secundarios (especialmente de la PNAD Covid-19/IBGE), el estudio evidencia que repartidores y conductores, en su mayoría pertenecientes a grupos vulnerabilizados, asumieron integralmente los costos y riesgos de la actividad, al mismo tiempo que sus funciones fueron reconocidas como esenciales sin la correspondiente protección social. La experiencia del carsharing ilustra, por otra parte, la fragilidad estructural de iniciativas de movilidad sostenible frente a crisis globales. El trabajo concluye que la pandemia funcionó como "sustancia de contraste", revelando pandemias silenciosas de explotación laboral, degradación ambiental y desigualdad social, y refuerza la urgencia de políticas públicas que articulen dignidad del trabajo, regulación efectiva y justicia socioambiental.

Palabras clave: Trabajo en plataformas digitales; Precarización; Delivery; Movilidad urbana; Pandemia de Covid-19.

Introdução

A pandemia de Covid-19 reconfigurou, em curtíssimo prazo, as dinâmicas sociais, econômicas e tecnológicas nas cidades brasileiras. Nesse cenário, a digitalização do consumo e da mobilidade urbana acelerou práticas como *delivery, crowdshipping* e *carsharing,* muitas vezes apresentadas como "soluções" eficientes e sustentáveis. Contudo, sua expansão incidiu sobre um terreno marcado por desigualdades históricas (de classe, raça e gênero) e por lacunas regulatórias que transferem riscos e custos para trabalhadores das plataformas.

Este artigo investiga como a pandemia acelerou a digitalização dos serviços de entrega e mobilidade no Brasil e com quais efeitos sobre as condições de trabalho mediadas por aplicativos. A pergunta orientadora é: de que maneira essa aceleração impactou dimensões sociais, econômicas e subjetivas do trabalho em plataformas, revelando e intensificando desigualdades interseccionais? Ao responder, busca-se conectar o ciclo pandêmico às suas memórias e heranças no período pós-pandêmico, entendidas aqui como marcas de vulnerabilidade, mas também de resistência coletiva. Parte-se da hipótese de que a pandemia não criou tais dinâmicas, mas funcionou como aceleradora histórica de processos já vinculados à plataformização da economia e à racionalidade neoliberal.

Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza crítico-interpretativa, configurada como ensaio sociológico crítico fundamentado em revisão bibliográfica narrativa e análise documental exploratória. Foram mobilizadas obras nacionais e internacionais publicadas, predominantemente entre 2020 e 2024, sem prejuízo da incorporação de referências clássicas anteriores, localizadas em bases acadêmicas indexadas, relatórios institucionais e documentos oficiais. No plano empírico, utilizaram-se dados secundários da PNAD Covid-19/IBGE e estudos setoriais sobre trabalho em plataformas, logística urbana e mobilidade compartilhada. O recorte temporal concentra-se no período compreendido entre 2020 e 2024, permitindo examinar tanto o auge da crise sanitária quanto seus desdobramentos pós-pandêmicos. Analiticamente, o foco recai sobre três eixos: *delivery*, *crowdshipping* e *carsharing*, articulados às categorias de precarização laboral, regulação do trabalho e justiça socioambiental.

A relevância do estudo está em evidenciar que a pandemia funcionou como "substância de contraste", tornando visíveis pandemias contínuas: precarização estrutural do trabalho e degradação ambiental associadas ao capitalismo de plataforma. Ao situar tais processos em chave de memória social, o artigo contribui para o debate regulatório e para o desenho de políticas públicas que integrem dignidade do trabalho, equidade e sustentabilidade urbana.

Após esta introdução, a Seção 1 contextualiza a pandemia e discute seus efeitos desiguais sobre grupos sociais; a Seção 2 analisa a explosão do *delivery* e do *crowdshipping*, seus mecanismos de controle e a transferência de riscos; a Seção 3 examina o *carsharing* e a crise da mobilidade colaborativa; a Seção 4 desenvolve o argumento das "pandemias silenciosas" (trabalho, ambiente e desigualdade); a Seção 5 apresenta perspectivas pós-pandêmicas e cenários de regulação; por fim, as considerações finais sintetizam achados e implicações para políticas públicas.

Contexto da Pandemia e as Desigualdades Sociais

Durante a pandemia, difundiu-se a ideia de que "todos estavam no mesmo barco". No entanto, essa narrativa revelou-se uma falácia diante das experiências de pessoas negras, mulheres, imigrantes, quilombolas, indígenas e LGBTQIAPN+, que foram desproporcionalmente afetadas pela crise sanitária. Para muitos trabalhadores informais, a adesão às plataformas digitais de entrega e transporte tornou-se uma estratégia de sobrevivência, mas ao custo da intensificação da exploração, da insegurança de renda e da ausência de proteção social.

De fato, o avanço do chamado capitalismo de plataforma no contexto da Covid-19 consolidou novas formas de exploração. Como observam Tonelo, Mello e Silva (2022), a pandemia "exacerbou tendências recentes na organização do trabalho", transformando os aplicativos em um verdadeiro "laboratório de experimentação" de novas formas de regulação baseadas no trabalho sob demanda. Esse modelo, ainda que apresentado pelas empresas como autônomo e flexível, configurou-se como a ampliação da "uberização", ocultando a subordinação e transferindo os riscos do negócio integralmente para os trabalhadores.

Os dados da PNAD Covid-19/IBGE, analisados por Lapa (2022), reforçam essa leitura. Segundo o estudo, entregadores e motoristas de aplicativo compuseram um contingente expressivo da força de trabalho durante o isolamento, mas submetidos a uma lógica de *just-in-time*, em que grande parte do tempo de espera não era remunerado. A pandemia evidenciou, assim, a desigualdade estrutural da relação: de um lado, plataformas digitais com ganhos exponenciais; de outro, trabalhadores invisibilizados e desprotegidos.

Essa contradição é ainda mais evidente quando se observa que, no Brasil, a atividade dos entregadores foi legalmente reconhecida como essencial, mas sem a correspondente proteção. Como ressalta Gabriela Varella de Oliveira (2021), a elevação da atividade ao patamar de essencialidade ocorreu simultaneamente ao agravamento da precariedade, já que "as medidas de proteção à saúde e ao meio ambiente do trabalho foram escassas

e insuficientes, e as possibilidades de afastamento remunerado em caso de infecção por Covid-19 extremamente dificultadas".

A experiência brasileira também dialoga com o cenário argentino, conforme destacam Leite, Del Bono e Lima (2023). Em ambos os países, as plataformas digitais utilizaram a lógica algorítmica como mecanismo de controle estrito sobre os trabalhadores, eliminando vínculos formais e reduzindo remunerações. No entanto, emergiram também formas de resistência, com greves e mobilizações coletivas pela conquista de direitos mínimos.

O contexto pandêmico, portanto, expôs de forma contundente que a precariedade dos trabalhadores de aplicativos não é um fenômeno conjuntural, mas sim a continuidade de uma exclusão histórica do acesso à proteção social no Brasil. Como enfatiza Oliveira (2021), a dicotomia jurídica entre empregados e não empregados tem servido como filtro que perpetua a marginalização desses trabalhadores.

Compreende-se, assim, que a pandemia de Covid-19 não inaugurou desigualdades, mas funcionou como uma "substância de contraste" (Oliveira, 2021) capaz de torná-las ainda mais visíveis. Ao mesmo tempo em que evidenciou a centralidade do trabalho de entregadores e motoristas para o funcionamento das cidades, escancarou sua vulnerabilidade frente à ausência de políticas públicas e de garantias trabalhistas. Essas memórias permanecem como marcas de um período em que a sobrevivência de muitos foi sustentada pela exploração de poucos, reforçando a necessidade de repensar a regulação do trabalho em plataformas digitais de forma a garantir dignidade, saúde e proteção social a esses sujeitos.

A intensificação dessa precarização também deve ser compreendida à luz da Reforma Trabalhista promovida pela Lei nº 13.467/2017. Ao ampliar modalidades contratuais flexíveis, enfraquecer mecanismos tradicionais de proteção coletiva e reforçar a lógica negocial individualizada, o novo marco normativo contribuiu para normalizar formas mais instáveis de inserção laboral. Embora o trabalho em plataformas possua especificidades próprias, há convergência entre a racionalidade inaugurada pela reforma e a expansão de modelos baseados em autonomia formal, remuneração variável, transferência de riscos e fragilização de garantias sociais. Nesse sentido, a pandemia encontrou um ambiente jurídico previamente permeável à flexibilização, acelerando tendências já em curso no mercado de trabalho brasileiro.

A compreensão da precarização do trabalho mediado por aplicativos durante a pandemia ganha densidade quando articulada com a evolução histórica da chamada "uberização". Conforme Santos *et al*. (2024), esse modelo, inicialmente associado à chegada da

Uber em 2014, rapidamente se expandiu para diversos setores da economia brasileira, consolidando-se como forma dominante de intermediação laboral. A pandemia, portanto, não inaugurou esse processo, mas acelerou tendências já consolidadas no bojo da Indústria 4.0, marcada pela inteligência artificial, big data e algoritmos de gerenciamento do trabalho.

Dados recentes reforçam a dimensão dessa transformação. O levantamento do IBGE (2022) identificou que 2,1 milhões de brasileiros estavam envolvidos em atividades realizadas por meio de plataformas digitais, dos quais 1,5 milhão (1,7% da população empregada no setor privado) atuavam via aplicativos de serviços, e outros 628 mil em plataformas de comércio eletrônico. Esse crescimento se conecta ao quadro pré-pandêmico: já em 2019 havia cerca de 172 mil entregadores cadastrados em aplicativos no país, número que se expandiu significativamente nos anos seguintes, impulsionado pelo desemprego e pela retração do mercado formal.

Além do aspecto numérico, a literatura também aponta para a complexificação estrutural das plataformas. Santos *et al*. (2024) ressaltam que, mais do que mediar serviços, as empresas digitais passaram a gerenciar de forma descentralizada a força de trabalho, combinando intermediação, vigilância algorítmica e flexibilidade extrema. Tal evolução ampliou a vulnerabilidade dos trabalhadores, deslocando para eles custos de operação, manutenção e até proteção sanitária, como ficou evidente durante a pandemia.

Essa interseção entre evidências históricas e empíricas reforça que a precariedade dos trabalhadores de aplicativos não deve ser entendida como um fenômeno conjuntural, restrito à crise sanitária, mas como desdobramento de um processo mais amplo de plataformização do trabalho. Portanto, o legado da pandemia precisa ser lido em continuidade com essas tendências estruturais: se de um lado consolidou ganhos financeiros para as empresas de tecnologia, de outro reiterou a urgência de regulação estatal e proteção social ampliada, capazes de frear a exploração laboral e assegurar condições mínimas de dignidade.

A Explosão do *Delivery* e o *Crowdshipping*

A expansão do e-commerce modificou a logística urbana, intensificando a pressão sobre cadeias de distribuição. Laudon e Laudon já destacavam que os fabricantes poderiam “vender seus produtos e serviços diretamente a clientes do varejo, evitando intermediários [...] reduzindo significativamente os custos de transação” (Laudon; Laudon, 2004, p. 117).

Durante a pandemia, essa transformação se intensificou. Como aponta Guimarães Júnior *et al*. (2020), "a reinvenção dos modelos de negócios foi fundamental para a continuidade das operações pelo varejo, o que só se tornou possível em virtude do auxílio das tecnologias digitais". Entre micro e pequenos empreendedores da Região Metropolitana do Recife, 68,75% recorreram ao WhatsApp como principal ferramenta de vendas, enquanto motociclistas e ciclistas de aplicativos realizaram 55,56% das entregas (Queiroz, 2022).

Nesse contexto, o *crowdshipping*, a "uberização" das entregas, em que pessoas comuns usam seus próprios meios de transporte (Khattar; Okano, 2019), tornou-se um modelo amplamente difundido. Embora reduzisse custos e fosse apresentado como sustentável, na prática transferia aos trabalhadores todos os riscos da atividade, desde os custos de equipamentos até os perigos do trânsito (Abílio *et al*., 2020).

Estudos sobre a pandemia mostram que o crescimento do *delivery* foi exponencial. Vasconcelos, Mello e Oliveira (2021) destacam que, apenas em 2020, o setor de entregas atingiu faturamento recorde de R$ 224,7 bilhões, um aumento de 37% em relação ao ano anterior, o que consolidou sua posição como serviço essencial durante as medidas de isolamento social. Contudo, a contradição central foi que, enquanto o consumo digital crescia, os entregadores enfrentavam ainda mais precarização e ausência de proteção social, expondo-se ao contágio sem garantias mínimas de saúde e segurança.

A pesquisa de Abílio *et al*. (2020), com 298 entregadores em 29 cidades brasileiras, reforça essa percepção ao demonstrar que a pandemia resultou na manutenção de longas jornadas, associadas à queda da remuneração. Os trabalhadores passaram a custear, com recursos próprios, os equipamentos de proteção, enquanto as plataformas restringiam-se a repassar orientações gerais. Essa transferência integral dos riscos evidencia que o *crowdshipping*, longe de ser apenas uma inovação logística, é também uma estratégia de externalização de responsabilidades.

Por outro lado, análises sobre o papel do consumo e da cultura digital evidenciam que o *delivery* se tornou central na chamada "Sociedade do Desempenho". Como descrevem Dias e Godinho (2020), a adesão em massa ao trabalho via aplicativos foi resposta direta ao alto desemprego, mas sustentada pela lógica de que cada indivíduo deve assumir integralmente os custos e bônus de sua performance, reforçando o ideal do "empreendedor de si mesmo". Essa perspectiva amplia a compreensão da precarização, mostrando que ela não é apenas econômica, mas também subjetiva e cultural.

Para além da precarização material, o trabalho em plataformas opera profundamente no plano da subjetividade. A gestão algorítmica não apenas distribui corridas, entregas e

avaliações: ela modula condutas, internaliza metas e reorganiza percepções de sucesso, fracasso e merecimento. Tal dinâmica aproxima-se do que Foucault (2008) identificou como produção de sujeitos empresariais, isto é, indivíduos levados a gerir a própria vida segundo cálculos permanentes de desempenho e utilidade. Em vez de um trabalhador subordinado de forma visível a um empregador identificável, emerge o sujeito convocado a empreender a si mesmo, permanentemente disponível, responsivo e competitivo. A liberdade prometida pela flexibilidade converte-se, assim, em autogerenciamento compulsório, coerente com o que Dardot e Laval (2016) descrevem como a racionalidade neoliberal transformada em norma geral de existência.

Durante a pandemia, essa lógica foi intensificada. Em meio ao desemprego, ao medo sanitário e à retração econômica, milhares de pessoas ingressaram nas plataformas sob a narrativa de oportunidade imediata de renda. A urgência da sobrevivência reforçou a adesão subjetiva ao discurso da autonomia individual, mesmo quando as condições concretas envolviam jornadas extensas, remuneração instável e transferência integral de riscos. O que se apresentava como liberdade econômica frequentemente assumia a forma de coerção social. Nesse contexto, a crise sanitária acelerou modalidades neoliberais de governo do trabalho, assentadas menos na disciplina externa clássica e mais na exigência de desempenho contínuo, como observa Han (2018). Em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, esse processo também amplia sofrimento psíquico, insegurança social e individualização da culpa, aspecto discutido Dunker (2015). As marcas subjetivas desse período persistem no cenário pós-pandêmico, na naturalização da instabilidade e na transformação da sobrevivência em responsabilidade estritamente individual.

No caso específico do *crowdshipping*, pesquisas mais recentes indicam que os usuários veem a modalidade como eficaz e promissora, ainda que persistam dúvidas quanto à segurança e à confiabilidade. Lourenço *et al*. (2025), em estudo com 71 usuários, identificaram que, embora haja percepção de benefícios como rapidez e economia, a modalidade ainda carece de regulamentação clara e de garantias que a consolidem como alternativa sustentável no longo prazo.

Assim, a memória da pandemia no setor logístico é marcada por uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que garantiu acesso a bens e serviços durante o isolamento, consolidou um regime de trabalho precário e desigual, sustentado pelo aumento da demanda digital, pela transferência de riscos e pela ausência de proteção social. No cenário pós-pandêmico, essa herança continua a produzir vulnerabilidades tanto para os trabalhadores quanto para os próprios sistemas urbanos de logística.

Carsharing e a Mobilidade em Ruínas

O compartilhamento de veículos (*carsharing*), embora não seja uma novidade, ganhou impulso com as Tecnologias da Informação e Comunicação, permitindo a massificação de práticas colaborativas (Pellegrini; Andrade, 2017). Modelos como o da startup moObie, que funcionou em Recife, mostraram o potencial de inovação social e sustentabilidade da modalidade.

No entanto, a pandemia interrompeu experiências locais e expôs os limites da dependência de sistemas ainda incipientes. Em Recife, por exemplo, o *carsharing* operado pela moObie foi suspenso em decorrência da crise sanitária. Esse episódio evidencia como as "paisagens em ruínas" não se restringem ao campo da saúde: também atravessam projetos de mobilidade sustentável, que dependem de estabilidade econômica, planejamento urbano e apoio público para prosperar.

O impacto da Covid-19 no setor de compartilhamento de veículos não se restringiu ao Brasil. Estudos internacionais demonstram que a pandemia afetou profundamente a adesão a esse tipo de mobilidade. Alonso-Almeida (2022), ao entrevistar usuários de *carsharing* em diferentes países, constatou que houve mudanças no comportamento de uso, com novas barreiras ligadas ao medo de contaminação e à insegurança econômica, o que resultou em queda significativa da demanda. A autora destaca ainda que emergiram perfis distintos de usuários, alguns mantendo a utilização por considerá-la mais segura do que o transporte coletivo, e outros abandonando totalmente o serviço durante a crise sanitária.

Resultados semelhantes foram encontrados na análise do contexto italiano, onde o *carsharing* sofreu forte retração durante a pandemia. Esfandabadi (2023) aponta que a crise revelou a fragilidade estrutural dos sistemas de mobilidade compartilhada, dependentes de subsídios e políticas públicas de incentivo. O autor enfatiza que a retomada desse modelo exige apoio governamental consistente, integrando o *carsharing* a políticas de mobilidade sustentável de longo prazo, em sinergia com transporte coletivo e planejamento urbano.

Mesmo em cenários pós-pandêmicos, a percepção social do *carsharing* permanece ambivalente. Rodrigues (2024), em estudo realizado no Brasil, identificou que a intenção de uso do serviço ainda é marcada por fatores como conveniência, redução de custos e preocupação ambiental, mas também sofre resistência devido à falta de infraestrutura adequada e à percepção de risco. Esses elementos mostram que a pandemia não apenas interrompeu projetos locais, como o da moObie, mas também deixou marcas duradouras sobre a confiança dos usuários e sobre a viabilidade econômica do setor.

Estudos recentes confirmam que a consolidação do car sharing no Brasil enfrenta não apenas os impactos da pandemia, mas também desafios estruturais ligados ao comportamento dos usuários e à viabilidade financeira das plataformas. Rodrigues *et al*. (2024), ao aplicarem a Teoria do Comportamento Planejado (TCP), identificaram que fatores como sustentabilidade, conveniência, benefícios econômicos e aprovação social influenciam a intenção de uso desses serviços. O Brasil, que concentra o maior número de plataformas e usuários da América Latina, com destaque para Fortaleza e suas políticas de mobilidade sustentável, apresenta um cenário promissor, mas ainda frágil. A pesquisa mostra que, apesar da percepção de vantagens como redução de custos e preocupação ambiental, persistem barreiras de confiança, infraestrutura e regulação, o que reforça a leitura de que a pandemia apenas expôs de forma mais contundente vulnerabilidades já existentes na mobilidade colaborativa.

Assim, pode-se entender que a pandemia da Covid-19 escancarou a vulnerabilidade dos sistemas de mobilidade colaborativa, reforçando a imagem de "paisagens em ruínas" também no campo urbano. Se por um lado o *carsharing* representa uma alternativa promissora de inovação social e sustentabilidade, por outro, sua consolidação depende da superação de barreiras estruturais — como financiamento público, integração com políticas de transporte coletivo e confiança dos usuários. A memória pandêmica deixa, portanto, uma lição central: sem estabilidade econômica, políticas inclusivas e visão de longo prazo, projetos de mobilidade sustentável permanecem frágeis e suscetíveis a crises globais.

Pandemias Silenciosas: Trabalho, Ambiente e Desigualdade

Se a Covid-19 explicitou a fragilidade dos sistemas de saúde, também escancarou pandemias contínuas: a precarização estrutural do trabalho e a degradação ambiental provocada por modelos econômicos insustentáveis.

O crescimento do *delivery*, por exemplo, gerou um aumento significativo da circulação de motocicletas e automóveis, ampliando emissões de CO_2 e intensificando problemas urbanos. Embora Silva *et al*. (2022) ressaltem que o setor de *delivery* apresenta índices de desenvolvimento elevados em regiões como o Sudeste, eles também reconhecem que o crescimento não foi acompanhado de regulação trabalhista ou socioambiental adequadas.

Nesse cenário, estudos recentes têm apontado como os serviços digitais de entrega consolidaram-se como atividade essencial, mas com custos sociais e ambientais invisibilizados. Como observa Macedo (2024), o cotidiano dos entregadores de plataformas

digitais é marcado por longas jornadas, instabilidade de rendimentos e exposição a riscos de acidentes e doenças, o que caracteriza um processo contínuo de precarização estrutural do trabalho (Abílio, Grohmann e Weiss, 2021). A chamada "uberização" tornou-se a expressão mais visível desse fenômeno, impondo aos trabalhadores a responsabilidade por custos de manutenção, equipamentos e até mesmo medidas de segurança sanitária.

Do ponto de vista ambiental, o crescimento acelerado do consumo online produziu efeitos colaterais significativos. Fu, Trencher e Yamanaka (2024) destacam que a disseminação dos serviços de *delivery* impacta diretamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), gerando maior emissão de carbono, intensificação do tráfego urbano e aumento de resíduos plásticos de embalagens. Esses efeitos negativos, ainda que frequentemente ignorados, somam-se às desigualdades sociais, configurando uma verdadeira "pandemia silenciosa" que continua a se reproduzir no período pós-Covid.

Há, contudo, alternativas possíveis para mitigar parte desses impactos. Masteguim e Cunha (2022), em estudo de caso em São Paulo, demonstraram que a adoção de pontos de retirada (pick-up points) pode reduzir substancialmente o impacto ambiental das entregas de última milha, diminuindo congestionamentos e emissões de gases poluentes. Tais soluções indicam que a transição para modelos logísticos mais sustentáveis depende de regulação estatal, inovação tecnológica e pressão social por mudanças.

Portanto, a pandemia da Covid-19 não apenas intensificou crises já existentes, mas também tornou visíveis as conexões entre trabalho precário, degradação ambiental e desigualdade social. Essas dimensões compõem um quadro de vulnerabilidade estrutural que ultrapassa o campo da saúde pública e alcança o coração dos modelos econômicos atuais. As memórias desse período reforçam a necessidade de enfrentar tais "pandemias contínuas" com políticas públicas que integrem direitos trabalhistas, justiça socioambiental e sustentabilidade urbana, de modo a impedir que as feridas abertas durante a pandemia se perpetuem como cicatrizes permanentes da sociedade contemporânea.

Perspectivas Pós-Pandêmicas

Passado o auge da crise sanitária, permanece a questão: quais memórias desse período continuam a assombrar trabalhadores e comunidades? Para entregadores e motoristas de aplicativos, a resposta está na persistência de jornadas longas, baixa remuneração e ausência de direitos. Para iniciativas de mobilidade sustentável, a lembrança é a interrupção abrupta de projetos, como no caso do *carsharing* em Recife.

Os impactos da pandemia sobre a mobilidade e o trabalho não cessaram com o fim das medidas de isolamento. Como mostra a revisão sistemática de Basunia *et al*. (2024),

os serviços de transporte por aplicativos e o transporte coletivo sofreram queda drástica de demanda — entre 60% e 90% em grandes centros — enquanto o uso de veículos privados aumentou como resposta ao medo de contágio. Essa mudança permanece como herança no cenário pós-pandêmico, criando novos padrões de deslocamento e reforçando desigualdades no acesso à mobilidade urbana.

Do ponto de vista europeu, o relatório do Joint Research Centre (JRC) indica que, mesmo após a retomada gradual da normalidade, os níveis de congestionamento tendem a superar os de 2019, uma vez que houve maior dependência de automóveis e fragilização do transporte público (Krysiński *et al.* 2025). Ao mesmo tempo, observou-se crescimento da mobilidade ativa (caminhada e bicicleta), mas insuficiente para reverter a pressão sobre os sistemas urbanos de transporte (Krysiński *et al.* 2025). Esse quadro revela tanto oportunidades quanto riscos para as políticas de mobilidade sustentável.

Outras pesquisas confirmam que o legado da pandemia foi ambíguo. Segundo Christidis *et al*. (2021), o teletrabalho e o comércio eletrônico ganharam centralidade, reduzindo algumas viagens, mas também consolidando tendências de individualização da mobilidade e fragilização de modelos colaborativos, como o *carsharing*. Por outro lado, estudos sobre o uso de bicicletas compartilhadas em Londres (Heydari *et al*., 2021) demonstram que sistemas de micromobilidade mostraram resiliência relativa, com aumento da duração média das viagens, indicando que parte dos usuários substituiu o transporte coletivo por alternativas mais sustentáveis.

Esses dados permitem compreender que as memórias da Covid-19 não são apenas registros de sofrimento, mas também um chamado à ação coletiva. As cicatrizes deixadas pela pandemia revelam a urgência de reconfigurar práticas de consumo, mobilidade e trabalho em direção a modelos menos desiguais e ambientalmente sustentáveis. A reconstrução pós-pandêmica, portanto, deve priorizar não apenas a eficiência econômica, mas também a dignidade humana, a justiça social e a resiliência ambiental como princípios estruturantes de políticas públicas e projetos urbanos.

Considerações finais

As dinâmicas digitais intensificadas pela pandemia (*delivery*, *crowdshipping* e *carsharing*) revelaram-se não apenas como soluções emergenciais para a continuidade da vida urbana, mas como marcos de um processo mais profundo de transformação social, econômica e ambiental. O estudo evidenciou que, se por um lado tais práticas garantiram acesso a bens e serviços em meio ao isolamento, por outro consolidaram a transferência de riscos, a precarização das condições laborais e a invisibilização de custos sociais e ambientais.

A análise demonstrou que os trabalhadores de aplicativos, frequentemente oriundos de grupos historicamente vulnerabilizados, foram protagonistas involuntários da sustentação das cidades no auge da crise sanitária. Sua experiência expôs a contradição de atividades legalmente reconhecidas como essenciais, mas sem a devida proteção social e trabalhista. O legado pandêmico não se limita à precarização material do trabalho, alcançando também formas duradouras de subjetivação marcadas pela autovigilância, competitividade permanente e internalização individual da insegurança social. Nesse sentido, a pandemia funcionou como uma "substância de contraste", revelando pandemias silenciosas já em curso: a degradação ambiental, a desigualdade estrutural e a exploração algorítmica.

Os resultados também mostram que a memória desse período não pode ser restrita a registros estatísticos ou narrativas de inovação tecnológica. Trata-se de um patrimônio social que carrega lições urgentes para a formulação de políticas públicas. Se a expansão do *delivery* e do *crowdshipping* trouxe ganhos econômicos expressivos para as plataformas, ela também reafirmou a necessidade de regulação capaz de assegurar dignidade, saúde e direitos aos trabalhadores. Da mesma forma, as fragilidades do *carsharing* evidenciam que projetos de mobilidade sustentável só se consolidarão mediante políticas inclusivas, visão de longo prazo e integração com sistemas urbanos.

Assim, preservar essas memórias significa reconhecer que as cicatrizes deixadas pela Covid-19 permanecem abertas. Elas convocam a sociedade a reconfigurar modelos de trabalho, mobilidade e consumo em direção a práticas que articulem justiça social, sustentabilidade ambiental e inovação responsável. O desafio posto ao período pós-pandêmico é transformar experiências de vulnerabilidade em aprendizagens coletivas, capazes de orientar novas formas de regulação e de fortalecer a resiliência das cidades e de seus trabalhadores. Também se reafirma a necessidade de agendas futuras de pesquisa que aprofundem os impactos subjetivos, sanitários e regulatórios do trabalho mediado por plataformas digitais em contextos de crise.

Referências

Abílio, Ludmila Costhek; Almeida, Paula Freitas; Amorim, Henrique; Cardoso, Ana Claudia Moreira; Fonseca, Vanessa Patriota da; Kalil, Renan Bernardi; Machado, Sidnei. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, Edição Especial – Dossiê Covid-19, p. 1-21, 2020. Disponível em: https://rjtdh-prt15.mpt.mp.br/Revista-TDH/article/view/74. Acesso em:10.08.2025.

Abílio, Ludmila Costhek; Amorim, Henrique; Grohmann, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, p. 26-56, maio/ago. 2021. Disponível em: http://doi.org/10.1590/15174522-116484. Acesso em: 27.04.2026.

Alonso-Almeida, Maria del Mar. To Use or Not Use Car Sharing Mobility in the Ongoing COVID-19 Pandemic? Identifying Sharing Mobility Behaviour in Times of Crisis. ***I*nternational Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 5, 3127, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35270818/ Acesso em: 27.04.2026.

Basunia, Aditya; Muttaqi, Azwad; Bhuiyan, Md. Rifat Hossain; Badhon, Farhan Anjum. Transportation mobility during COVID-19: a systematic review and bibliometric analysis. **Digital Transportation and Safety**, Beijing, v. 3, n. 3, p. 169-183, 2024. Disponível em: https://www.maxapress.com/article/doi/10.48130/dts-0024-0015. Acesso em:10.08.2025.

Christidis, Panayotis; Christodoulou, Aris; Navajas-Cawood, Elena; Ciuffo, Biagio. The post-pandemic recovery of transport activity: emerging mobility patterns and repercussions on future evolution. **Sustainability**, Basel, v. 13, n. 11, 6359, 2021. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/13/11/6359. Acesso em:10.08.2025.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://mst.org.br/download/a-nova-razao-do-mundo-ensaio-sobre-a-sociedade-neoliberal/. Acesso em: 27.04.2026.

Dias, Yessika Guimarães Segóvia; Godinho, Jason César de Souza. Sociedade do desempenho: uma análise referente ao delivery via aplicativos em meio à pandemia. **Revista Conecta**, v.03, p. 28-40, 2020. Disponível em: https://fatecrl.edu.br/revistaconecta/index.php/rc/article/view/19/15. Acesso em:10.08.2025.

Dunker, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: https://share.google/vGTaXd0j0UHnXFYQI. Acesso em: 27.04.2026.

Esfandabadi, Zahra Shams; Ranjbari, Meisam; Scagnelli, Simone Domenico. The pandemic implications for carsharing: an Italian context. **Future Transportation**, Basel, v. 3, n. 1, p. 274-285, 2023. DOI: https://doi.org/10.3390/futuretransp3010016. Acesso em: 10.08.2025.

Foucault, Michel. **The Birth of Biopolitics:** Lectures at the Collège de France, 1978–1979. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

Fu, Rui; Trencher, Gregory; Yamanaka, Yasuhiro. How might the spread of online meal-delivery services impact achievement of the SDGs? **Discover Sustainability**, v. 5, n. 378, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/s43621-024-00603-w. Acesso em: 10.08.2025.

Guimarães Júnior, Djalma Silva; Nascimento, Ademir Macedo; Rodrigues, Gerlane Pereira de Albuquerque; Santos, Letícia Oliveira Claizoni dos. Efeitos da Pandemia do COVID-19 na Transformação Digital de Pequenos Negócios. **Revista de Engenharia e Pesquisa Aplicada**, v. 5, n. 4, p. 1–10, 23 jul. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.25286/repa.v5i4.1455. Acesso em: 10.08.2025.

Han, Byung-Chul. **Psicopolítica***:* o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/96475516/Psicopol%C3%ADtica_O_neoliberalismo_e_as_novas_t%C3%A9cnicas_de_poder. Acesso em: 27.04.2026.

Heydari, Shahram; Konstantinoudis, Garyfallos; Behsoodi, Abdul Wahid. Effect of the COVID-19 pandemic on bike-sharing demand and hire time: evidence from Santander Cycles in London. **arXiv preprint arXiv**, 2021. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2107.11589. Acesso em: 10.08.2025.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Teletrabalho e Trabalho por Meio de Plataformas Digitais. Rio de Janeiro: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso em: 07.07.2025.

Khattar, Fábio Augusto; Okano, Marcelo Tsuguio. Crowdshipping: Uma Análise Bibliométrica. In: **Anais do XIV Workshop de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza**. São Paulo, 2019. Disponível em: https://pos.cps.sp.gov.br/anais-pos/xiv-workshop-pos-graduacao-e-pesquisa-do-centro-paula-souza/. Acesso em: 27.04.2026.

Krysiński, Dawid; Czepkiewicz, Michal; Schmidt, Filip; Brudka, Cezary. Public urban transport in the face of the Covid-19 pandemic: current trends, technological opportunities, and social challenges. In: Glinka, K.; Cabada, L.; Klimovský, D; Soós, E. (org.). **Urban Responses to the Covid-19 Pandemic**: Perspectives of the Visegrad Group Countries. London: Routledge, 2025. p. 115-129. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/chapters/oa-edit/10.4324/9781003634003-14/public-urban-transport-face-covid-19-pandemic-dawid-krysi%C5%84ski-micha%C5%82-czepkiewicz-filip-schmidt-cezary-brudka Acesso em: 27.04.2026.

Lapa, Raphael Santos. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da Covid-19: análise dos dados da PNAD Covid-19/IBGE. In: SILVA, Sandro Pereira; CORSEUIL, Carlos Henrique; COSTA, Joana Simões (org.). Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea**, 2022. p. 285-303. DOI: https://doi.org/10.38116/978-65-5635-042-4/capitulo13. Acesso em: 10.08.2025.

Laudon, Kenneth C.; Laudon, Jane P. **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital**. Tradução Arlete Simille Marques. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

Leite, Márcia de Paula; Del Bono, Andrea; Lima, Jacob Carlos. O trabalho de plataforma no Brasil e na Argentina: uma visão comparada. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 11, n. 29, p. 41-68, set./dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.954. Acesso em: 10.08.2025.

Lourenço, Cryslayne Silva; Correia, Ana Maria Magalhães; Gonçalves, Helen Silva; Nascimento, Nívea Marcela Marques. O avanço logístico e o serviço crowdshipping: um estudo acerca da percepção dos usuários. **Gestão & Conexões – Management and Connections Journal**, Vitória, v. 14, n. 2, p. 41-63, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/43560. Acesso em: 10.08.2025.

Macedo, Mariane Palhano. **Precarização do entregador de alimento mediado por empresa de aplicativo**. 2024. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Orientador: Antônio Carlos Freire Sampaio. Coorientador: Eduardo Mendes Nascimento. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.433. Acesso em: 10.08.2025.

Masteguim, Rhandal; Cunha, Claudio Barbieri da. An optimization-based approach to evaluate the operational and environmental impacts of pick-up points on e-commerce

urban last-mile distribution: a case study in São Paulo, Brazil. **Sustainability**, Basel, v. 14, n. 14, 8521, 2022. DOI: https://doi.org/10.3390/su14148521. Acesso em: 10.08.2025.

Pellegrini, Ana.; Andrade, Gabriela Rodrigues. Mobilidade urbana e compartilhamento de veículos. *In*: Zanatta, Rafael A. F.; Paula, Pedro C. B. de; Kira, Beatriz. **Economias do compartilhamento e o direito**. Curitiba: Juruá, 2017.

Oliveira, Gabriela Varella de. **Entregadores via plataformas digitais no Brasil e a pandemia do Covid-19: desafios do Direito do Trabalho**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, 2021. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/73651. Acesso em: 10.08.2025.

Queiroz, Alessandro Pelópidas Ferreira de. **Mobilidade 4.0: um estudo do impacto da transformação na movimentação de cargas e pessoas nas cidades inteligentes**. 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade de Pernambuco, Faculdade de Administração e Direito de Pernambuco, Recife, 2022.

Rodrigues, Gabriel de Sousa; Neutzling, Daiane Mülling; Souza, Lucas Lopes Ferreira de; Rocha, Luan Matias. Análise das intenções de uso dos serviços de Car Sharing. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-38, e22874, 2024. DOI: https://doi.org/10.5585/2024.22874. Acesso em: 10.08.2025.

Santos, Naedja Karla Petrucio dos; Almeida, Tiago Oliveira de; Ramalho, Ângela Maria Cavalcanti; Lula, Waltimar Batista Rodrigues. Revolução digital e mercado de trabalho: da uberização às plataformas digitais. *R***evista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 10, p. 1-20, 2024. DOI: https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-398. Acesso em: 10.08.2025.

Silva, Alexandre Costa da; Saraiva, Gabriel de Oliveira; Tanaka, Wilson Yoshio; Machado, Sivanilza Teixeira. Panorama do e-commerce e a logística expressa durante a pandemia de Covid-19. **Revista Fatec Zona Sul – REFAS**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 20-34, abr. 2022. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8661615. Acesso em: 10.08.2025.

Tonelo, Iuri; Mello e Silva, Leonardo; Framil Filho, Ricardo. Os trabalhadores em meio à Covid-19 no Brasil: flexibilidade, precariedade e a mobilização internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 24, n. 60, p. 140-168, maio/ago. 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/18070337-117000. Acesso em: 10.08.2025.

Vasconcelos, Jonnas Esmeraldo Marques de; Mello, Lawrence Estivalet de; Oliveira, Murilo Carvalho Sampaio. Os trabalhadores das plataformas de entregas: essencialidade em tempos de Covid-19 e desproteção legislativa e judicial. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 2044-2074, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/6334qjvcCRRfwg6tSprZJKF/?lang=pt. Acesso em: 10.08.2025.

REVISTA ZABELÊ

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Memórias de uma assistente social na Delegacia da Mulher durante a pandemia: o serviço essencial e a dor invisível

Janille de Jesus Cruz
Especialista em Cidadania e Políticas Públicas (UESPI)
Assistente Social na SSP/PI
janille.jesus@pc.pi.gov.br

Resumo: Este relato de experiência apresenta reflexões sobre os impactos da pandemia da COVID-19 (2020–2022) na vida de mulheres em situação de violência doméstica, articuladas à vivência profissional de uma assistente social no período de 2020 a 2022 em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em Teresina Piauí. Durante o período de isolamento social, os serviços considerados essenciais, como as delegacias especializadas, mantiveram suas atividades, exigindo a reorganização dos processos de trabalho e da articulação interinstitucional, o que impactou diretamente a prática profissional, a escuta qualificada e os fluxos de encaminhamento na rede de atendimento às mulheres. O relato adota uma perspectiva interseccional, considerando os atravessamentos de gênero, raça, classe e condição social que incidem sobre as mulheres em situação de violência, conforme proposto por Crenshaw (2002). Evidenciam-se, ainda, os desafios vivenciados pelos profissionais da linha de frente, como sobrecarga de trabalho, reorganização das rotinas institucionais e exposição a riscos sanitários, especialmente no contexto inicial da pandemia e no processo de vacinação. O texto também destaca aspectos da experiência profissional que não são captados por dados estatísticos, como o medo, a sobrecarga emocional e as estratégias cotidianas de resistência institucional. Por fim, contribui para a reflexão crítica sobre os limites e fragilidades das políticas públicas e da rede de atendimento em contexto de crise sanitária, apontando a necessidade de respostas estatais mais integradas e sensíveis às desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Violência doméstica; Pandemia de COVID-19; Serviço Social; Políticas públicas; Interseccionalidade.

REVISTA ZABELÊ

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Memories of a social worker at the Women's Police Station during the pandemic: essential service and invisible pain

Abstract: This experience report analyzes the impacts of the COVID-19 pandemic (2020–2022) on the lives of women experiencing domestic violence, based on the professional practice of a social worker working at a Specialized Police Station for Assistance to Women (DEAM) in Teresina, Piauí, Brazil. During the period of social isolation, essential public services, including specialized police units, remained operational. This context required the reorganization of work processes and interinstitutional coordination, directly affecting professional practice, qualified listening, and referral procedures within the women's protection network. The analysis is grounded in an intersectional perspective, considering how gender, race, class, and social conditions intersect to shape the experiences of women subjected to violence, in line with Crenshaw's framework. The report also discusses the challenges faced by frontline professionals, such as increased workload, institutional restructuring, and exposure to health risks, particularly during the early stages of the pandemic and the vaccination process. Furthermore, the study highlights dimensions of professional experience that are not fully captured by statistical data, including fear, emotional burden, and everyday strategies of institutional resilience. Finally, it contributes to a critical reflection on the limitations of public policies and support networks in times of health crisis, emphasizing the need for more integrated and equity-oriented state responses.

Keywords: Domestic violence; COVID-19 pandemic; Social Work; Public policies; Intersectionality.

REVISTA ZABELÊ

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Memorias de una trabajadora social en la Comisaría de la Mujer durante la pandemia: servicio esencial y dolor invisible

Resumen: Este relato de experiencia presenta reflexiones sobre los impactos de la pandemia de la COVID-19 (2020–2022) en la vida de mujeres en situación de violencia doméstica, articuladas a la experiencia profesional de una trabajadora social durante el período 2020–2022 en una Delegación Especializada de Atención a la Mujer (DEAM) en Teresina, Piauí, Brasil. Durante el período de aislamiento social, los servicios considerados esenciales, como las delegaciones especializadas, mantuvieron sus actividades, lo que exigió la reorganización de los procesos de trabajo y de la articulación interinstitucional, impactando directamente la práctica profesional, la escucha cualificada y los flujos de derivación dentro de lared de atención a las mujeres. El relato adopta una perspectiva interseccional, considerando las intersecciones de género, raza, clase y condición social que inciden sobre las mujeres en situación de violencia, conforme a lo propuesto por Crenshaw (2002). Asimismo, se evidencian los desafíos enfrentados por los profesionales de primera línea, tales como la sobrecarga laboral, la reorganización de las rutinas institucionales y la exposición a riesgos sanitarios, especialmente en el contexto inicial de la pandemia y durante el proceso de vacunación. El texto también destaca aspectos de la experiencia profesional que no son captados por datos estadísticos, como el miedo, la sobrecarga emocional y las estrategias cotidianas de resistencia institucional. Finalmente, contribuye a la reflexión crítica sobre los límites y fragilidades de las políticas públicas y de la red de atención en un contexto de crisis sanitaria, señalando la necesidad de respuestas estatales más integradas y sensibles a las desigualdades estructurales.

Palabras clave: Violencia doméstica; Pandemia de COVID-19; Trabajo Social; Políticas públicas; Interseccionalidad.

Introdução

A pandemia e o serviço social na linha de frente

A pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020, provocou mudanças significativas na rotina institucional e no cotidiano profissional. Para mulheres em situação de violência doméstica, o isolamento social transformou o espaço doméstico, socialmente idealizado como lugar de proteção, em um cenário de intensificação de conflitos e riscos. Nas delegacias especializadas, não foi possível interromper os atendimentos, e o serviço permaneceu em funcionamento por ser considerado essencial. À época, a unidade contava com duas assistentes sociais em turnos alternados. Com o início da pandemia, em 2020, a profissional do contraturno precisou afastar-se por integrar grupo etário de risco, o que resultou na permanência de apenas uma assistente social na unidade durante parte significativa do período pandêmico. Esse contexto evidenciou a sobrecarga de trabalho e a intensificação das responsabilidades profissionais.

Cabe destacar que em tantos anos de existência da Deam no âmbito da segurança, houve apenas um concurso público para o cargo de assistente social, o que revela a histórica fragilidade na incorporação desses profissionais na política de segurança pública no Estado do Piauí. No contexto da pandemia, essa realidade contribuiu para a ampliação da carga de trabalho e para a exposição de profissionais que permaneceram na linha de frente, lidando cotidianamente com o medo, a responsabilidade institucional e a percepção de invisibilidade profissional.

Desigualdades, silêncios e limites das políticas públicas

O isolamento social transformou o cotidiano de muitas mulheres em uma experiência marcada por silenciamentos e intensificação da violência doméstica. Observou-se, no início de 2020 uma redução nos registros formais de denúncias, o que não indicava diminuição da violência, mas dificuldades de acesso aos serviços de proteção. No cotidiano da DEAM, as desigualdades se materializavam em atendimentos marcados por urgências extremas de mulheres que só conseguiram registrar ocorrência após episódios de violência grave, muitas vezes após agressões físicas intensificadas pelo confinamento. Algumas relataram que não conseguiam buscar ajuda por estarem permanentemente vigiadas pelos companheiros, enquanto outras enfrentavam barreiras materiais, como ausência de transporte, internet ou recursos financeiros para deslocamento até a delegacia. Esses relatos evidenciavam que a diminuição dos registros formais não correspondia à redução da violência, mas ao aprofundamento do silêncio imposto pelas condições estruturais e pelo controle dos agressores. Nesse cenário, o espaço doméstico,

que deveria representar proteção, tornou-se para muitas mulheres o principal lugar de risco, especialmente diante do confinamento prolongado e da convivência contínua com o agressor. Conforme discutem Gomes e Carvalho (2021), a permanência forçada no ambiente domiciliar durante a pandemia favoreceu o aumento de tensões e conflitos associados às rotinas domésticas, à precarização do trabalho e às dificuldades econômicas, sendo necessário compreender esse contexto também a partir de estruturas históricas de opressão, como racismo, patriarcado e capitalismo, que atravessam de forma desigual a vida das mulheres e intensificam sua vulnerabilidade.

Além dessas dimensões, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) corroboram essa percepção ao evidenciarem que a pandemia impactou significativamente os registros oficiais e a dinâmica de notificação dos casos de violência contra mulheres. O relatório aponta que, embora tenha ocorrido redução em determinados registros formais no período inicial do isolamento, isso não pode ser interpretado como diminuição da violência, mas como resultado de barreiras institucionais e sociais que dificultaram o acesso das vítimas aos serviços de proteção. Paralelamente, o documento destaca o agravamento de indicadores relacionados à letalidade da violência de gênero, especialmente o feminicídio, evidenciando que o confinamento intensificou riscos para mulheres já expostas a contextos de violência doméstica.

Nesse sentido, a pandemia evidenciou e aprofundou desigualdades estruturais já existentes, reafirmando que a violência doméstica não pode ser compreendida apenas como um fenômeno individual ou restrito ao âmbito familiar, mas como expressão de relações sociais historicamente desiguais. Para além da dimensão imediata do isolamento social, torna-se necessário interpretar esse cenário à luz de perspectivas críticas que evidenciam a articulação entre opressões estruturais. Davis (2016) contribui para essa reflexão ao discutir que períodos de crise social tendem a acentuar hierarquias de gênero, raça e classe, ampliando vulnerabilidades preexistentes e aprofundando mecanismos de controle e opressão sobre grupos historicamente marginalizados. A autora evidencia que tais opressões não se manifestam de forma isolada, mas interligadas a estruturas históricas de exploração racial e econômica que organizam a vida social e condicionam o acesso desigual à proteção institucional. Assim, mulheres negras e periféricas enfrentaram de maneira mais intensa os efeitos do isolamento, não apenas pela exposição à violência, mas também pelas barreiras materiais e institucionais para acessar políticas públicas, evidenciando limites estruturais na efetivação da proteção social e do direito à segurança.

No contexto institucional, a crise sanitária implicou redução do quadro de profissionais da DEAM, em razão do afastamento preventivo de servidores pertencentes a grupos

de risco, sobretudo em 2020 e 2021. Em uma equipe já reduzida, essa situação resultou em sobrecarga de trabalho e insegurança quanto à exposição ao vírus. Entre os profissionais remanescentes, havia receio diante dos atendimentos presenciais, especialmente entre aqueles com comorbidades que configuravam grupo de risco. Outro aspecto relevante refere-se ao processo de vacinação, iniciado em 2021, que inicialmente contemplou apenas profissionais da categoria policial. O quadro administrativo permaneceu aguardando a liberação de doses, apesar de também realizar atendimentos diretos ao público. Essa situação evidenciou limites institucionais na organização da resposta estatal e na proteção equitativa dos trabalhadores, refletindo fragilidades na implementação das políticas públicas de saúde ocupacional no contexto da pandemia.

Este relato busca, portanto, registrar experiências profissionais e institucionais em um contexto marcado por limites na adaptação das políticas públicas e na organização dos serviços, tanto no atendimento às mulheres em situação de violência quanto na proteção dos trabalhadores da linha de frente. Observou-se, nesse período, insuficiência de equipamentos de proteção individual, protocolos institucionais pouco sistematizados, fragilidade na articulação da rede de atendimento e ausência de estratégias de cuidado psicossocial para os profissionais.

Essas lacunas impactaram diretamente a prática profissional, houve necessidade de reorganização dos atendimentos, sobretudo no número de pessoas por vez, adaptação dos fluxos institucionais e maior articulação com serviços da rede socioassistencial e de saúde (via telefone/e-mail), muitas vezes com funcionamento reduzido ou intermitente. As dificuldades de referência e contrarreferência com outros serviços, como CRAS, CREAS e unidades de saúde, limitaram o acompanhamento continuado das mulheres atendidas. Ainda assim, a manutenção da escuta qualificada, do acolhimento e da articulação interinstitucional constituiu um esforço cotidiano, orientado pelo compromisso ético-político do Serviço Social (Iamamoto, 2009).

A prática profissional e seus efeitos junto às mulheres atendidas

No âmbito do atendimento social, já em meados de 2021, foi possível articular encaminhamentos para a rede de proteção, como serviços de saúde, assistência social e medidas protetivas. Em alguns casos, o acompanhamento possibilitou que mulheres acessassem abrigamento institucional ou benefícios socioassistenciais, contribuindo para a interrupção temporária do ciclo de violência. Entretanto, os limites estruturais da rede e a sobrecarga dos serviços restringiram a efetividade das intervenções, revelando a distância entre a normativa das políticas públicas e sua operacionalização concreta em contextos de crise.

Os dados estatísticos não capturam dimensões subjetivas fundamentais observadas na prática, como o medo constante de denunciar, as estratégias de silêncio para evitar represálias, ou a ambivalência entre denunciar e manter o vínculo por dependência econômica e emocional. Também não evidenciam o impacto psíquico do confinamento forçado com o agressor, nem a sensação de abandono institucional relatada por muitas mulheres, aspectos que emergiram de forma recorrente nos atendimentos.

Memórias de um tempo que ainda não passou... Uma reflexão pessoal

Fragmentos dessas vivências permanecem vívidos na memória, revelando o quanto a pandemia marcou de forma duradoura tanto as mulheres atendidas na delegacia quanto os profissionais que permaneceram na linha de frente. Registrar essas experiências constitui uma forma de resistir ao apagamento institucional, contribuir para a memória social e reforçar a necessidade de políticas públicas interseccionais eficazes, tanto para o público atendido quanto para os trabalhadores dos serviços essenciais.

As lembranças desse período não podem ser dissolvidas, nem mesmo após o chamado "retorno à normalidade," pós 2022, pois não houve normalidade para as mulheres que sofreram em silêncio, confinadas com seus agressores, nem para os profissionais que permaneceram nas trincheiras da escuta, do acolhimento e da intervenção institucional. Nesse sentido, preservar essas memórias configura-se como um ato político e como base para ações futuras, na perspectiva de construção de respostas estatais mais sensíveis às desigualdades estruturais.

Assim, este relato busca contribuir para a reflexão crítica sobre a organização dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência em contextos de crise sanitária, bem como sobre as condições de trabalho dos profissionais que sustentam tais serviços. Que as experiências aqui registradas possam colaborar para a construção de um futuro em que nenhuma mulher precise escolher entre o risco do vírus ou da violência doméstica, e em que nenhum trabalhador seja exposto de forma contínua a riscos, sem condições adequadas de trabalho, reconhecimento institucional, valorização profissional ou vivendo um cotidiano de invisibilidade enquanto sustenta estruturas que historicamente negligenciam sua presença.

Referências

Crenshaw, Kimberlé. 2002. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. **Revista Estudos Feministas**. Nº1, vol. 10, p 171–188.

Davis, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo. 2016.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência doméstica durante a pandemiade Covid-19**. São Paulo: FBSP. 2020.

Gomes, Maria Carmen Aires; Carvalho, Alexandra Bittencourt de. 2021. “Pandemia de COVID-19 e violência doméstica na conjuntura sociopolítica brasileira”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Nº3, vol. 29, p 1-13.

Iamamoto, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 18ª edição. São Paulo: Cortez. 2009.

REVISTA ZABELÊ

ENSAIO VISUAL

Quem faz a feira? A experiencia (pós)pandêmica das feiras em Goiânia

Amilton Rosa de Lima
Mestre em Ciências Sociais (UFU)
Doutorando PPGAS - UFSCar
amiltonr.lima@gmail.com

Carolina Cadima Fernandes Nazareth
Doutora em Antropologia Social (UFG)
Professora Adjunta de Antropologia na ILAACH/UNILA
carolina.nazareth@unila.edu.br

As imagens apresentadas são frutos da pesquisa de campo realizada em 2022, fim do período pandêmico, pelos antropólogos Amilton Rosa de Lima (UFSCar) e Carolina Nazareth (UNILA) em algumas feiras da cidade de Goiânia – GO e apresentam um pouco da readequação e do novo "fazer a feira", onde as relações humanas passaram a ser entrecortadas por vírus, máscaras, medo, risco e substâncias antissépticas, enquanto tentavam se readequar ao famigerado "novo normal". Este campo é parte fundamental da pesquisa de tese de Carolina Nazareth, defendida em 2023 com o título "'É UMA VIDA DE FEIRA': Trajetórias, paisagens e agenciamentos nas feiras livres da região central de Goiânia-GO"

As feiras livres são comércios a céu aberto comuns em diversas sociedades. Para alguns estudiosos, desde o século XVII tem-se registro delas no Brasil, apesar disso, foi apenas em 1904 que o Rio de Janeiro que esse tipo de comércio foi legalizado através do decreto 997/1904. A feira é estabelecida nesse período como uma estratégia de organização social e higienista das cidades, na tentativa de diminuir o comércio informal de rua. A feira, então, é estabelecida através de horários e dias de funcionamento, criando uma rotina de ocupação da cidade. (Sato, 2012; Mascarenhas, 2005; Graham, 2013).

Se antes eram sinal de organização, as feiras foram paulatinamente, substituídas por supermercados em meados do século e por grandes redes de varejo estrangeiras nos anos 1990, em estratégias de modernização e privatização dos espaços públicos, perdendo espaço no século XXI. Apesar disso, resistem e são

fundamentais para a dinâmica urbana em algumas cidades, como em Goiânia/Go, que conta com 132 feiras livres, que ocorrem todos os dias da semana. Nessas feiras, a relação de amizade e confiança são pontos de manutenção fundamentais, porém, em 2020, elas foram profundamente impactadas. (Sato, 2012; Nazareth, 2023; Goiânia, s/d).

Em 2020 o mundo vivia um surto de uma doença desconhecida, posteriormente, denominada COVID-19. Embora os primeiros casos tenham aparecido na China, na cidade Wuhan, em 2019, foram nos anos de 2020 e 2021 que os impactos foram sentidos com mais violência nos países da América Latina. Sem saber como agir, a primeira solução encontrada por diversos países para conter a crise foi o chamado lockdown, estratégia de suspensão de comércios classificados como não-essenciais e o isolamento de parte da população que deveria permanecer em casa. (Agamben; Brasil; Han; Ribeiro; Segata et al.,2021;)

Durante o período inicial da pandemia (2020), diversas cidades, por meio de decretos municipais suspenderam serviços considerados não-essenciais. Em Goiânia, entre 2020 e 2021, os feirantes experenciaram grande instabilidade de funcionamento e foi apenas em 27 março de 2021 que o decreto 2095/2021, autorizou o funcionamento das feiras livres e de outros estabelecimentos de fato. (Brasil; Goiânia, 2021)

Este ensaio retrata um dos períodos de menor pico da pandemia, maio de 2022. Em campo, visitamos por 30 dias sete feiras da região central da cidade. Percorremos as feiras do Colégio Ateneu ou Setor Oeste, que acontecem às terças e sextas-feiras pela manhã; as feiras da Cepal – Setor Sul, que ocorrem às quartas-feiras e aos sábados, também pela manhã; a feira orgânica do Mercado Popular da Rua 74 e a feira dos produtores, ambas ocorrem nas manhãs de sábado e a feira da Vila Nova, que acontece aos domingos, também pela manhã.

Como frequentadores das feiras de Goiânia, foi perceptível certas mudanças nesses espaços, como esvaziamentos; uso de máscaras, mesmo em ambientes abertos; distanciamento entre bancas; fitas de isolamento; aumento da oferta de álcool e lavagem performática das mãos. Houveram mudanças na relação com clientes, como a criação da entrega a domicílio para atender fregueses que não queriam se arriscar e, ainda, a renovação do público, como no caso de filhos e netos assumirem a atividade e compras para os avós.

Para produzir o material utilizamos uma câmera DSLR: Canon T2i, com uma lente grande angular 18-55mm, que tem abertura máxima de f/1.8. Combinação óptica que nos permitiu fazer filmagens e entrevistas em espaços reduzidos e, ainda, o registro de imagens mais distantes da objetiva, tentando capturar expressões, gestos, emoções sem a necessidade de uma proximidade física de alguns sujeitos registrados.

Imagem 1- Banca das pimentas na Feira dos Produtores: Lima e Nazareth, 2022

Imagem 2 - Banca dos temperos na Feira dos Produtores: Lima e Nazareth, 2022

Imagem 3 - Banca do café e licores na feira do Ateneu: Lima e Nazareth, 2022

Imagem 4 - Dona Maria da barraca do queijo, na feira da Cepal - setor sul, quarta-feira, Lima e Nazareth, 2022

Imagem 5 - Café do Cabeça, numa quarta-feira na feira da Cepal - setor sul, Lima e Nazareth 2022

Imagem 6 - Senhor Adair, da barraca Biscoitos JB, em um sábado na Cepal – setor Sul: Lima e Nazareth, 2022

Imagem 7 - Barracas periféricas na feira do Vila Nova: Lima e Nazareth, 2022

Imagem 8 - Biscoito frito da barraca Biscoitos JB, na feira do Vila Nova: Lima e Nazareth, 2022

Imagem 9 - Barraca do milho na feira do Vila Nova: Lima e Nazareth, 2022

Imagem 10 - Barraca da Garapa (caldo de cana) no fim (ou começo) da feira do Vila Nova, já aglutinando com um bar da região (Bar do Jabuti - ou Subaks bar): Lima e Nazareth, 2022

Referências

AGAMBEN, Giorgio et al. **Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias**. Madrid: ASPO, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil**. 2021. Elaborado por DATASUS. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 mar. 2020.

GOIÂNIA (Município). **Feiras**. Prefeitura de Goiânia. Disponível em: http://www4.goiania.go.gov.br/portal/Dados/uploads/arquivos/2/431516431481481.pdf.

GOIÂNIA (Município). Decreto nº 1646, de 27 de fevereiro de 2021. Altera o Decreto nº 1.601, de 22 de fevereiro de 2021. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 fev. 2021.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HAN, Byung-Chul. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han: países asiáticos estão lidando melhor com essa crise do que o ocidente. enquanto lá se trabalha com dados e máscaras, aqui se chega tarde e fecham fronteiras. **El País**, 22 mar. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html.

MASCARENHAS, Gilmar. Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. IX, n. 194 (62), 1 ago. 2005. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-62.htm.

NAZARETH, Carolina Cadima Fernandes. **É uma vida de feira:** trajetórias, paisagens e agenciamentos nas feiras livres da região central de Goiânia-GO. 2023. 232 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Medo Global. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). **Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS, 2020. Disponível em: https://sbpcsc.paginas.ufsc.br/files/2020/04/Boletim-n-5-Gustavo-Lins-Ribeiro-final.pdf.

SATO, Leny. **Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade**. São Paulo: Edusp, 2012.

SEGATA, Jean; SCHUCH, Patrice; DAMO, Arlei Sander; VÍCTORA, Ceres. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 59, p. 7-25, jan./abr. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0104-71832021000100001.

Sousa, Lílian Gabriella Castelo Branco Alves de. **"Como flores que brotam na terra": uma etnografia das grandes assembleias Kaiowá e Guarani do estado do Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

REVISTA ZABELÊ

ENTREVISTA

Pós-pandemia: “Saúde de todo mundo, de todos os povos, sem distinção e sem privilégio.” Entrevista com Luciana Alleluia

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior
Mestre em Psicologia (UFSM)
Doutorando – PPGPSI/Unesp
paulo_juniorpio@hotmail.com

Luciana Silvério Alleluia Higino da Silva
Doutora em Ciências da Saúde (UFF)
Pesquisadora pela Fiocruz Ceará
luciana.silverio@fiocruz.br

Resumo: Entrevistamos Luciana Alleluia, mulher negra, mãe e pesquisadora pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Ceará, num bate-papo descontraído e cheio de contestações e inquietações. Falamos sobre a saúde mentla e tantas outras interseccionalidades presentes, convidando os leitores a refletirem criticamente não somente pelo período pandêmico, mas pelo momento que vivemos.

Palavras-chave: Conversas pandêmicas; Velhos desafios; Saúde pública.

Apresentação

Estamos tão orgulhosos com a produção deste dossiê, que ficou impossível não convidar pessoas/pesquisadoras queridas para estarem conosco. A discussão aqui é ampla e cheia de intersecções. Isso é a ciência! Não uma ciência branca, eurocêntrica e masculina, mas uma ciência popular e cheia de diversidade.

Afinal de contas, se não tratarmos por essa perspectiva, será difícil reconhecer o mundo a nossa volta. Pensando nisso, dialogamos com uma pesquisadora cheia não só de conhecimentos científicos, mas com saberes que vão para além da academia, mas que chega nos territórios de tantos espaços e lugares desse Brasil.

Convidamos a pesquisadora da Fiocruz Ceará, Luciana Alleluia, para dialogar um pouco com a gente sobre a pandemia de Covid-19 e pensar para além dela. E sobre quais resquícios ainda se faz presente em tatos espaços, ainda que pareça estar "fora de moda" falar sobre isso em pleno 2025. O bate papo foi super interessante e faz a gente, enquanto leitores, dialogar e perceber sobre tantas outras coisas. O debate abarcou de tudo um pouco, mas a grande questão adveio do tópico sobre saúde mental, uma discussão que se faz bastante presente na atualidade. Contudo, uma coisa acabou levando a outra. Foi impossível não falar de direitos humanos, saúde pública no Brasil, questões de gênero, raça e sobretudo classe. Todas essas questões fazem parte desse grande novelo chamado pandemia e a qual dilacerou a vida de tantas pessoas e em tantos aspectos.

Convidamos vocês não apenas a ler esta entrevista, mas a pensar criticamente sobre os pontos que Luciana nos convida a refletir. Uma mulher negra, pesquisadora e que busca uma ciência que seja cada vez mais próxima das pessoas e de suas realidades.

Zabelê: Luciana, como você percebe o debate sobre a saúde mental no cotidiano?

Luciana Alleluia: O debate sobre saúde mental tem avançado, embora ainda precisa de muitas coisas para seguir em mais espaços e locais. Mas, ainda é notório pensar em saúde mental no formato de doença, transtorno e em questões de diagnóstico. Isso ainda é muito presente. Mas, pensar em saúde mental é você pensar numa perspectiva mais ampliada, para além de uma questão de saúde e doença. É pensar nas condições sociais, econômicas e políticas que interferem na vida da pessoa e consequentemente na saúde mental. É tentar compreender o que acontece na sociedade, as questões de violência, desigualdades, iniquidades étnico-raciais, sociais, econômicas e tantas outras. Não esquecer além disso da religião, do gênero e tantas outras que circulam a vida enquanto humanidade.

Zabelê: Em quais graus e situações a pandemia de COVID-19 influenciou a saúde mental humana?

Luciana Alleluia: Influenciou de forma totalmente, pois por conta dessa pandemia passamos a pensar a saúde mental para além de uma questão de doença. A dificuldade de manter as relações afetivas, sociais, pois elas tiveram e ficaram muito prejudicadas. Isso teve um impacto muito grande. As gente têm falado da questão econômica e muitas pessoas precisaram e não puderam trabalhar. Outras tiveram que trabalhar de qualquer maneira, porque eram necessários para sustentar sua vida, para comer, vestir e tantas outras coisas. E essas mesmas pessoas precisaram se colocar em risco, e isso teve um impacto sobre nossa saúde mental. Eu penso que tiveram graus e situações diversas que impactaram todos, todas e todes, ninguém passou ileso. Claro que a gente sabe que alguns grupos ficaram mais vulnerabilizados em relação a outros, porque por exemplo, questão de moradia, as pessoas economicamente favoráveis moravam em lugares, espaços grandes, podiam de certa forma manter um distanciamento que outros lugares isso não era possível. Assim, eu penso que atingiu em graus diferentes, mas atingiu a todos e a diferença passou muito pela questão socioeconômica política.

Zabelê: Quais as maiores diferenças você percebeu no panorama da saúde mental no cenário pós pandemia?

Luciana Alleluia: Depois de uma pandemia a gente de fato não vai sair igual. O impacto ainda é muito vivo na vida, principalmente das pessoas que são mais vulnerabilizadas pelas questões ambientais, sociais, econômicas. Ainda é grande o impacto sobre vida dessas pessoas. As desigualdades aumentaram, as iniquidades também, então a gente sabe que algumas pessoas continuam com condições de trabalho muito ruins. Isso aumentou e tem um impacto, pois não tem como a gente fugir dessas consequências e que são direcionadas a saúde mental das pessoas, fazendo o pós pandemia ainda estar muito presente. Estamos vivendo alguns momentos que tem a ver com as emergências climáticas, o impacto na vida das pessoas e isso tem influenciado muito a saúde mental, mas em especial das pessoas que precisam do clima para viver como por exemplo, as pessoas que trabalham com a agricultura principalmente familiar, mas não estou falando do agronegócio. Então, o impacto está presente sobretudo na vida delas e acredito ser demorada a recuperação.

Zabelê: Quais alternativas de políticas públicas seriam necessárias e eficazes para o cuidado em saúde mental pós pandemia?

Luciana Alleluia: Pensando na perspectiva da equidade, a gente precisa garantir que todas, todos e todes tenham acesso ao serviço de saúde mental e consequentemente políticas públicas de saúde, educação e assistência, para que elas estejam em todos os territórios. Essa é uma grande dificuldade que se observa na atualidade. Tem lugares onde possuem uma grande concentração de serviços, profissionais, recursos humanos e outras são desfavorecidas. Isso fala de uma desigualdade e Brasil de uma extensão gigantesca, onde existem diferenças a depender da região. Umas são mais urbanas, já outras rurais, das quais ainda a gente tem muita dificuldade de poder entender e compreender essas necessidades e de fato responder a cada desafio. A estrutura do SUS, embora seja pensada em uma perspectiva democrática, foi constituída ainda muito alicerçada em saberes euro-americanos e isso dificulta muito, porque o Brasil tem diversidade. A nossa mestiçagem faz com que a gente tenha que construir possibilidades que respondam a uma demanda diferente da branca, cisgênera, heteronormativa, cristã e afins. Se faz necessário, portanto, revistar e rescrever para que de fato exista um cuidado que seja mais próximo de cada necessidade.

Zabelê: Como você reflete o trabalho da Fiocruz dentro do processo de cuidado em saúde mental da população brasileira?

Luciana Alleluia: Considerando que a instituição é uma unidade de pesquisa, eu penso que ainda são muitos tímidos os estudos que envolvem saúde mental, embora tenhamos algumas, mas vejo poucas em relação a outras temáticas. A Fiocruz precisa entender a saúde mental como algo transversal do humano, que envolve uma complexidade de ações para além de alguém estar doente. É entender a saúde mental como um conceito ampliado das coisas e dos elementos que se constituem como emprego, renda, lazer, esporte, cultura, ambiente e tantas outras condições que interferem na vida de uma pessoa.

Zabelê: Quais alternativas você acredita que são eficazes na promoção do bem-estar psíquico?

Luciana Alleluia: Acredito que isso tem muito a ver com o debate que estamos construindo anteriormente. É sobre isso. De se pensar bem-estar, bem viver, como uma alternativa de cuidado em saúde mental. São os elementos como saúde, esporte, amor, moradia, afeto, questões econômicas, ecológicas, agroecológicas, climáticas, enfim. Todas elas vão ter uma relação com a saúde mental. Não é possível ter saúde mental em condições inóspitas em todas as perspectivas, então por isso eu penso que as alternativas são políticas e que respondam e deem conta dessas demandas numa perspectiva ampliada e subjetiva de territórios.

Zabelê: Quais os desafios que o SUS enfrenta, na sua percepção, no que tange a promoção de cuidado em saúde mental no sistema de saúde pública brasileira?

Luciana Alleluia: Entendendo o SUS e as suas diretrizes se faz necessário considerar, por exemplo, do ponto de vista da universalidade. A saúde precisa dialogar com outras perspectivas de mundo. Não dá para pensar em um SUS que veja a universalidade dentro apenas de um sistema cisgênero, branco, heteronormativo e cristão. Ele precisa ampliar. Ser universal não é só dessa perspectiva. Ser universal é poder trabalhar as questões dos povos indígenas, afrodescendentes, ciganos, pessoas do campo, das águas e das florestas, incluindo ribeirinhos, marisqueiras e tantas outras pessoas. Porque, o universal que o SUS trabalha é a partir de uma universalidade que, embora diga para todos, as leituras de mundo e prática cotidiana ainda são muito euro-americanas. É preciso dialogar numa universalidade que amplie e que se amplie. Pensando do ponto de vista, por exemplo, da equidade, a mesma é tratada de diferentes formas diferentes. A população brasileira se constitui de uma mestiçagem, de uma diferença de povos, e essas discussões precisam ser construídas para a equidade. É tratar de diferentes formas e de maneiras distintas, porque não adianta pensar a saúde mental numa perspectiva europeia e eurocentrada se eu tenho povos e perspectivas de mundos diferentes. E por último, a questão da integralidade. O sujeito é inteiro, então ele é inteiro em toda a sua construção e, portanto, tem culturas, histórias e territórios diversos. Precisamos trabalhar essa integralidade contextualizando essa diversidade. Em termos de saúde pública, não é possível que, até mesmo considerando em saúde da família, ela só tenha essa formação do SUS, e que se observa ainda hoje, voltada para um modelo eurocentrado. Precisamos também cuidar da saúde pública, da estratégia da família, da saúde coletiva, visando trabalhar essas diferentes formas de ser e de estar no mundo.

Zabelê: Qual panorama futuro você acredita que será vivenciado na saúde mental pós pandemia?

Luciana Alleluia: Eu acredito e aqui eu desejo que a gente possa dirimir essas iniquidades, onde possamos trabalhar rompendo essa estrutura capitalista que constitui modelos que excluem uns em detrimento a outros. Eu penso que pós-pandemia a gente vai precisar cuidar da terra, da água, do fogo e do ar. Precisamos zelar por esses quatro elementos que estão no mundo mal equacionados e isso tem gerado para o mundo um impacto muito ruim. E aí, as consequências disso são sofridas cotidianamente. A pandemia de Covid-19 e o pós-pandêmico fez entender da necessidade de cuidar dos quatro elementos, de poder harmonizar a terra, as pessoas, a relação do ecossistema, de modo que se consiga trabalhar de forma mais harmônica com os elementos e com as

pessoas. Assim, é possível garantir saúde, para garantir saúde mental, alimento e vida plena e digna. Portanto, eu penso da urgência de se trabalhar nesses pontos, cuidando para garantir a saúde mental, a saúde de todo mundo, de todos os povos, sem distinção e sem privilégio.